

**RENATO  
BRASILEIRO  
DE LIMA**

MANUAL DE

**PROCESSO PENAL**  
volume único

**11<sup>a</sup>** | revista  
edição | atualizada  
ampliada

**2022**

 **EDITORA**  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# SUMÁRIO

<b>TÍTULO 1 • NOÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>43</b>		
1. Introdução.....	43		
2. Sistemas processuais penais.....	44		
2.1. Sistema inquisitório.....	44		
2.2. Sistema acusatório .....	45		
2.3. Sistema processual misto ou francês.....	46		
3. Princípios fundamentais do processo penal.....	47		
3.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade) .....	47		
3.1.1. Noções introdutórias .....	47		
3.1.2. Da regra probatória (in dubio pro reo).....	48		
3.1.3. Da regra de tratamento.....	49		
3.1.4. (In)constitucionalidade da execução provisória da pena .....	50		
3.1.4.1. Desnecessidade do trânsito em julgado (STF – HC 126.292/ ARE 964.246) .....	50		
3.1.4.2. Necessidade do trânsito em julgado (STF – ADC's 43, 44 e 54).....	52		
3.1.4.3. (Des) necessidade do trânsito em julgado para fins de execução da pena restritiva de direitos.....	55		
3.1.4.4. (Des) necessidade do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para fins de reconhecimento, no âmbito administrativo carcerário, de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso.....	56		
3.2. Princípio do contraditório.....	57		
3.2.1. Contraditório para a prova e contraditório sobre a prova .....	58		
3.3. Princípio da ampla defesa.....	59		
3.3.1. Defesa técnica (processual ou específica) .....	59		
3.3.1.1. Defesa técnica necessária e irrenunciável.....	59		
3.3.1.2. Direito de escolha do defensor ...	61		
3.3.1.3. Defesa técnica plena e efetiva....	61		
3.3.2. Autodefesa (material ou genérica) .....	62		
3.3.2.1. Direito de audiência .....	63		
3.3.2.2. Direito de presença.....	63		
3.3.2.3. Capacidade postulatória autônoma do acusado .....	64		
3.3.3. Ampla defesa no processo administrativo disciplinar e na execução penal.....	64		
3.4. Princípio da publicidade.....	66		
3.4.1. Divisão da publicidade: ampla e restrita.....	67		
3.4.2. Sessão de julgamento na Justiça Militar e votação em sala secreta.....	68		
3.5. Princípio da busca da verdade: superando o dogma da verdade real.....	68		
3.5.1. Busca da verdade consensual no âmbito dos Juizados .....	69		
3.6. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	70		
3.7. Princípio do juiz natural.....	70		
3.8. Princípio do nemo tenetur se detegere.....	70		
3.8.1. Noções introdutórias .....	70		
3.8.2. Titular do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	70		
3.8.3. Advertência quanto ao direito de não produzir prova contra si mesmo.....	71		
3.8.4. Desdobramentos do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	72		
3.8.5. Exercício total ou parcial (horizontal ou vertical) do direito de não produzir prova contra si mesmo.....	77		
3.8.6. Dever legal de interrupção imediata do interrogatório quando o imputado optar pelo exercício do direito ao silêncio.....	78		
3.8.7. Consequências decorrentes do exercício do direito de não produzir prova contra si mesmo .....	79		
3.8.8. O direito de não produzir provas contra si mesmo e a prática de outros delitos.....	80		
3.9. Princípio da proporcionalidade.....	81		
3.9.1. Da adequação.....	83		
3.9.2. Da necessidade.....	83		
3.9.3. Da proporcionalidade em sentido estrito.....	83		
4. Lei processual penal no espaço .....	84		
4.1. Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	84		

4.2. Prerrogativas constitucionais do Presidente da República e de outras autoridades .....	85	4.2. (In)constitucionalidade formal e material do juiz das garantias .....	109
4.3. Processos da competência da Justiça Militar .....	86	4.3. Distinção entre o juiz das garantias, juízo de instrução e “centrais de inquérito” (v.g., DIPO/SP) .....	111
4.4. Processos da competência do tribunal especial .....	87	4.4. Fundamento: a necessária preservação da imparcialidade do magistrado à luz da teoria da dissonância cognitiva .....	112
4.5. Crimes de imprensa.....	87	4.5. A figura do juiz das garantias no direito comparado .....	117
4.6. Crimes eleitorais .....	87	4.6. Início da eficácia do juiz das garantias .....	119
4.7. Outras exceções.....	87	4.7. Aplicação imediata da nova sistemática do Juiz das garantias às investigações e aos processos em andamento por ocasião da entrada em vigor da Lei n. 13.964/19 .....	120
5. Lei processual penal no tempo.....	88	4.8. Da posição do juiz das garantias diante da investigação preliminar: atuação como garantidor e não como instrutor .....	122
5.1. Lei nº 9.099/95 e seu caráter retroativo .....	89	4.9. Competências criminais do Juiz das Garantias .....	123
5.2. Lei nº 9.271/96 e nova redação do art. 366: suspensão do processo e da prescrição .....	90	5. Abrangência da competência do juiz das garantias .....	133
5.3. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e sua aplicabilidade imediata aos processos em andamento... ..	90	5.1. Não abrangência das infrações de menor potencial ofensivo .....	133
5.4. Lei nº 12.403/11 e o novo regramento quanto às medidas cautelares de natureza pessoal.....	91	5.2. (In)existência de juiz das garantias nos Tribunais.....	133
5.5. Normas processuais heterotópicas .....	91	5.3. (In)existência de juiz das garantias no âmbito do Tribunal do Júri .....	135
5.6. Vigência, validade, revogação, derrogação e ab-rogação da lei processual penal.....	92	5.4. (In)existência de juiz das garantias na Justiça Militar e na Justiça Eleitoral.....	136
6. Interpretação da lei processual penal.....	92	5.5. (In)existência de juiz das garantias no contexto da violência doméstica e familiar contra a mulher.....	138
6.1. Interpretação extensiva .....	93	5.6. (In)existência de juiz das garantias colegiado.....	140
6.2. Analogia .....	93	5.7. (In)existência do Ministério Público das garantias .....	141
6.3. Distinção entre analogia e interpretação analógica.....	94	6. Cessação da competência do juiz das garantias com o recebimento da peça acusatória .....	143
6.4. Aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal.....	95	7. Recebimento da peça acusatória e aprecia�o das questões pendentes pelo juiz da instrui�o e julgamento.....	145
<b>TÍTULO 2 • JUIZ DAS GARANTIAS .....</b>	<b>99</b>	8. Desvincula�o do juiz da instrui�o e julgamento em rela�o às decisões proferidas pelo juiz das garantias e (des)necessidade de reexame das cautelares em curso .....	145
1. Suspensão cautelar da eficácia dos arts. 3�-A a 3�-F do CPP (STF, ADI 6.299 MC/DF, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22/01/2020).....	99	9. Não apensamento dos autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias aos autos do processo enviados ao juiz da instrui�o e julgamento.....	146
2. No�es introdutórias .....	99		
3. Estrutura acusatória do processo penal .....	100		
3.1. Da suspensão da eficácia sine die do art. 3�-A do CPP introduzido pela Lei n. 13.964/19....	100		
3.2. Gestão da prova pelo magistrado: a veda�o da iniciativa acusatória do juiz das garantias e da iniciativa probatória do juiz da instrui�o e julgamento .....	101		
3.2.1. Da veda�o da iniciativa acusatória do juiz das garantias na fase investigatória ....	102		
3.2.2. Da veda�o da iniciativa probatória do juiz da instrui�o e julgamento no curso do processo penal .....	103		
4. Juiz das Garantias .....	108		
4.1. Conceito .....	108		

10. (Des)necessidade de exclusão física da investigação preliminar dos autos do futuro processo judicial.....	147	6.8. Procedimento indisponível .....	176
11. Impedimento para a atuação do juiz das garantias na fase de instrução e julgamento.....	151	6.9. Procedimento temporário .....	176
12. (In)subsistência da prevenção como critério residual de fixação de competência diante da criação da figura do juiz das garantias.....	152	7. instauração do inquérito policial.....	177
13. Criação de um sistema de rodízio de magistrados nas comarcas de vara única de modo a atender à sistemática do juiz das garantias .....	155	7.1. Verificação de procedência de informações (VPI) .....	178
14. Designação do juiz das garantias conforme as normas de Organização Judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal .....	155	7.2. Formas de instauração do inquérito policial .....	178
15. Da vedação à exploração da imagem de pessoa submetida à prisão (“Perp walk”) como instrumento de se concretizar o respeito à integridade moral do preso.....	156	7.2.1.1. (Im)possibilidade de instauração de inquérito de ofício pela autoridade judiciária (“Inquérito das Fake News” – Inq. 4.781 do STF).....	180
<b>TÍTULO 3 • INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR.....</b>	<b>157</b>	7.2.2. Crimes de ação penal pública condicionada e de ação penal de iniciativa privada.....	181
1. Conceito de inquérito policial.....	157	8. Notitia criminis .....	182
2. Natureza jurídica do inquérito policial.....	157	8.1. Delatio criminis .....	182
3. Finalidade do inquérito policial.....	158	8.2. Notitia criminis inqualificada.....	182
4. Valor probatório do inquérito policial.....	158	9. Diligências investigatórias.....	183
5. Atribuição para a presidência do inquérito policial .....	159	9.1. Preservação do local do crime.....	183
5.1. Funções de polícia administrativa, judiciária e investigativa.....	159	9.2. Apreensão de objetos.....	184
5.2. Da atribuição em face da natureza da infração penal.....	160	9.3. Colheita de outras provas .....	184
5.3. Da atribuição em face do local da consumação da infração penal .....	162	9.4. Oitiva do ofendido.....	185
5.4. Das atribuições das Polícias Legislativas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal .....	162	9.5. Oitiva do indiciado.....	185
5.5. Agências de Inteligência de Segurança Pública e de Estado.....	164	9.5.1. (Des)necessidade de presença de defensor por ocasião da realização do interrogatório na fase investigatória .....	186
6. Características do inquérito policial.....	166	9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas e acareações.....	188
6.1. Procedimento escrito .....	166	9.7. Determinação de realização de exame de corpo de delito e quaisquer outras perícias.....	188
6.2. Procedimento dispensável.....	166	9.8. Identificação do indiciado e juntada da folha de antecedentes criminais .....	188
6.3. Procedimento sigiloso.....	167	9.9. Averiguação da vida pregressa do investigado.....	189
6.4. Procedimento inquisitório.....	169	9.10. Reconstituição do fato delituoso .....	189
6.4.1. Assistência jurídica em favor de servidores vinculados aos órgãos de segurança pública (CF art. 144) diante da instauração de inquérito para fins de investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício funcional.....	172	9.11. Acesso aos dados cadastrais de vítimas e de suspeitos .....	190
6.5. Procedimento discricionário.....	174	9.12. Requisição de informações acerca das estações rádio base (ERB's).....	191
6.6. Procedimento oficial .....	175	10. Identificação criminal .....	194
6.7. Procedimento oficioso .....	175	10.1. Conceito.....	194
		10.2. Leis relativas à identificação criminal.....	195
		10.3. Documentos atestadores da identificação civil.....	196
		10.4. Hipóteses autorizadas da identificação criminal .....	197
		10.5. Identificação do perfil genético (Lei nº 12.654/12).....	198

11. Incomunicabilidade do indiciado preso .....	200	Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República .....	220
11.1. Regime disciplinar diferenciado .....	201	14.5. (In) subsistência de coisa julgada na decisão de arquivamento .....	221
12. Indiciamento .....	201	14.6. Desarquivamento, a partir da notícia de provas novas, e oferecimento de denúncia, na hipótese do surgimento de provas novas .....	224
12.1. Conceito .....	201	14.7. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento .....	225
12.2. Momento .....	201	14.8. Arquivamento determinado por juiz absolutamente incompetente .....	226
12.3. Espécies .....	201	14.9. Arquivamento implícito .....	226
12.4. Pressupostos .....	201	14.10. Arquivamento indireto .....	227
12.5. Desindiciamento .....	202	15. Trancamento (ou encerramento anômalo) do inquérito policial .....	227
12.6. Atribuição .....	202	15.1. (Im) possibilidade de arquivamento de ofício de investigações nos casos de competência originária dos Tribunais .....	229
12.7. Sujeito passivo .....	202	16. Investigações diversas .....	230
12.8. Afastamento do servidor público de suas funções como efeito automático do indiciamento em crimes de lavagem de capitais .....	204	16.1. Comissões Parlamentares de Inquérito: inquéritos parlamentares .....	230
13. Conclusão do inquérito policial .....	204	16.2. Conselho de Controle de atividades financeiras (COAF) – Unidade de Inteligência Financeira (UIF) .....	233
13.1. Prazo para a conclusão do inquérito policial .....	204	16.3. Inquérito Policial Militar .....	233
13.1.1. Quadro sinóptico do prazo para a conclusão do inquérito policial .....	206	16.4. Investigação criminal pelo Ministério Público .....	234
13.2. Relatório da autoridade policial .....	207	16.5. Inquérito civil .....	237
13.3. Destinatário dos autos do inquérito policial .....	207	16.6. Termo circunstanciado .....	237
13.4. Providências a serem adotadas após a remessa dos autos do inquérito policial .....	209	16.7. Investigação pela autoridade judiciária .....	237
14. Arquivamento do inquérito policial .....	210	16.7.1. Inquérito judicial .....	237
14.1. Fundamentos do arquivamento .....	211	16.7.2. Revogada Lei das organizações criminosas .....	237
14.2. Novo procedimento do arquivamento no âmbito da Justiça Estadual, da Justiça Federal e da Justiça Comum do Distrito Federal .....	212	16.7.3. Infrações penais praticadas por magistrados .....	238
14.2.1. Da suspensão da eficácia sine die do novo procedimento de arquivamento introduzido pela Lei n. 13.964/19 .....	212	16.8. Investigação criminal defensiva .....	239
14.2.2. Fim do controle judicial sobre o arquivamento do inquérito policial .....	212	16.9. Investigação por detetive particular (Lei n. 13.432/17) .....	240
14.2.3. (In)subsistência da aplicação do art. 28 do CPP pelo juiz nas hipóteses de divergência entre o magistrado e o órgão ministerial .....	215	17. Acordo de não-persecução penal .....	241
14.2.4. Instância de revisão ministerial para fins de homologação de arquivamentos .....	216	17.1. Conceito .....	241
14.2.5. Inconformismo da vítima com o arquivamento do inquérito policial e submissão da matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial .....	218	17.2. Direito subjetivo do acusado ou discricionariedade do Ministério Público .....	243
14.3. Procedimento do arquivamento na Justiça Eleitoral .....	219	17.3. Previsão normativa .....	244
14.4. Procedimento do arquivamento nas hipóteses de atribuição originária do		17.4. Direito intertemporal .....	245
		17.5. Requisitos para a celebração do acordo de não-persecução penal .....	247
		17.6. Vedações à celebração do acordo de não persecução penal .....	248

17.7. Condições a serem impostas ao investigado.....	250	6.3. Princípio da intranscendência .....	282
17.8. Controle jurisdicional .....	252	6.4. Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.....	282
17.9. Descumprimento injustificado das obrigações assumidas pelo investigado.....	253	6.5. Princípio da oportunidade ou conveniência da ação penal de iniciativa privada .....	284
17.10. Cumprimento integral do acordo de não persecução penal .....	254	6.6. Princípio da indisponibilidade da ação penal pública.....	285
18. Controle externo da atividade policial.....	254	6.7. Princípio da disponibilidade da ação penal de iniciativa privada (exclusiva ou personalíssima).....	285
<b>TÍTULO 4 • AÇÃO PENAL E AÇÃO CIVIL</b>		6.8. Princípio da (in) divisibilidade da ação penal pública.....	286
<b>EX DELICTO .....</b>	<b>257</b>	6.9. Princípio da indivisibilidade da ação penal de iniciativa privada.....	286
1. Direito de ação penal.....	257	6.10. Princípio da oficialidade.....	287
2. Características do direito de ação penal .....	258	6.11. Princípio da autoritariedade .....	288
3. Lide no processo penal.....	258	6.12. Princípio da oficiosidade .....	288
4. Condições da ação penal.....	258	6.13. Quadro comparativo dos princípios da ação penal.....	288
4.1. Condições genéricas da ação penal.....	260	7. Ação penal pública incondicionada .....	289
4.1.1. À luz da teoria geral do processo .....	260	8. Ação penal pública condicionada.....	291
4.1.1.1. Possibilidade jurídica do pedido.....	261	8.1. Representação.....	291
4.1.1.2. Legitimidade para agir.....	263	8.1.1. Natureza jurídica da representação.....	292
4.1.1.2.1. Legitimidade ordinária e extraordinária no processo penal.....	264	8.1.2. Desnecessidade de formalismo .....	292
4.1.1.3. Interesse de agir .....	265	8.1.3. Destinatário da representação .....	292
4.1.1.3.1. Prescrição em perspectiva e ausência de interesse de agir.....	266	8.1.4. Legitimidade para o oferecimento da representação.....	293
4.1.1.4. Justa Causa.....	268	8.1.5. Prazo decadencial para o oferecimento da representação .....	295
4.1.1.4.1. Justa Causa duplicada .....	269	8.1.6. Retratação da representação .....	296
4.1.2. À luz de uma teoria específica do processo penal .....	270	8.1.6.1. Retratação da retratação da representação.....	297
4.2. Condições específicas da ação penal.....	270	8.1.6.2. Retratação da representação na Lei Maria da Penha .....	297
4.3. Condições da ação e condições de perseguibilidade (condição superveniente da ação)....	272	8.1.7. Eficácia objetiva da representação .....	297
4.4. Condições da ação, condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias.....	272	8.1.8. Representação no processo penal militar .....	298
4.4.1. Decisão final do procedimento administrativo nos crimes materiais contra a ordem tributária.....	273	8.2. Requisição do Ministro da Justiça.....	298
5. Classificação das ações penais.....	276	8.2.1. Requisição no processo penal militar .....	299
5.1. Classificação das ações penais condenatórias .....	277	9. Ação penal de iniciativa privada.....	300
6. Princípios da ação penal pública e da ação penal de iniciativa privada.....	279	9.1. Ação penal exclusivamente privada .....	301
6.1. Princípio do <i>ne procedat iudex ex officio</i> .....	279	9.2. Ação penal privada personalíssima.....	301
6.2. Princípio do <i>ne bis in idem</i> (inadmissibilidade da persecução penal múltipla).....	279	9.3. Ação penal privada subsidiária da pública.....	301
		9.4. Extinção da punibilidade e ação penal de iniciativa privada.....	304
		9.4.1. Decadência .....	304
		9.4.2. Renúncia ao direito de queixa .....	306

9.4.3. Perdão do ofendido .....	307	15.2.5. Endereçamento da peça acusatória.....	333
9.4.4. Quadro comparativo entre renúncia e perdão do ofendido .....	308	15.2.6. Redação em vernáculo.....	333
9.4.5. Perempção .....	309	15.2.7. Razões de convicção ou presunção da delinquência .....	333
9.5. Ação penal privada no processo penal militar .....	310	15.2.8. Peça acusatória subscrita pelo Ministério Público ou pelo advogado do querelante .....	334
10. Ação penal popular.....	310	15.2.9. Procuração da queixa-crime e recolhimento de custas .....	334
11. Ação penal adesiva.....	311	15.3. Prazo para o oferecimento da peça acusatória.....	336
12. Ação de prevenção penal .....	311	16. Questões diversas .....	337
13. Ação penal secundária .....	311	16.1. Denúncia genérica e crimes societários ....	337
14. Ação penal nas várias espécies de crimes.....	312	16.1.1. Acusação geral e acusação genérica .....	338
14.1. Ação penal nos crimes contra a honra .....	312	16.2. Cumulação de imputações .....	339
14.1.1. Ação penal no crime imprescritível de injúria racial .....	313	16.3. Imputação implícita.....	339
14.2. Ação penal nos crimes de trânsito de lesão corporal culposa, de embriaguez ao volante e de participação em competição não autorizada.....	314	16.4. Imputação alternativa.....	339
14.3. Ação penal nos crimes de lesão corporal leve e lesão corporal culposa com violência doméstica e familiar contra a mulher .....	315	17. Aditamento à denúncia .....	342
14.4. Ação penal nos crimes ambientais: pessoas jurídicas e dupla imputação .....	316	17.1. Espécies de aditamento.....	343
14.5. Ação penal nos crimes de estelionato: art. 171, §5º, do Código Penal, incluído pela Lei n. 13.964/19 .....	317	17.1.1. Quanto ao objeto do aditamento: próprio e impróprio.....	343
14.6. Ação penal nos crimes contra a dignidade de sexual (Lei nº 13.718/18) .....	319	17.1.2. Quanto à voluntariedade do aditamento: espontâneo e provocado .....	344
14.6.1. Redação original do art. 225 do CP (antes da Lei n. 12.015/09) .....	320	17.2. Interrupção da prescrição.....	344
14.6.2. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 12.015/09 (antes da Lei n. 13.718/18).....	321	17.3. Procedimento do aditamento .....	345
14.6.3. Redação do art. 225 do CP determinada pela Lei n. 13.718/18 .....	323	17.4. Aditamento à queixa-crime.....	345
14.6.4. Quadro comparativo da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	323	18. Ação civil <i>ex delicto</i> .....	346
14.6.5. Direito intertemporal.....	324	18.1. Noções introdutórias.....	346
14.7. Ação penal no crime de invasão de dispositivo informático .....	326	18.2. Sistemas atinentes à relação entre a ação civil <i>ex delicto</i> e o processo penal .....	346
15. Peça acusatória .....	327	18.3. Efeitos civis da absolvição penal.....	348
15.1. Denúncia e queixa-crime.....	327	18.3.1. Efeitos da absolvição penal no âmbito da ação de improbidade administrativa .....	352
15.2. Requisitos da peça acusatória .....	327	18.4. Obrigação de indenizar o dano causado pelo delito como efeito genérico da sentença condenatória .....	354
15.2.1. Imputação criminal.....	327	18.4.1. Quantificação do montante a ser indenizado ao ofendido .....	356
15.2.1.1. Imputação patrimonial.....	330	18.4.2. Natureza do dano cuja indenização mínima pode ser fixada na sentença condenatória .....	358
15.2.2. Qualificação do acusado .....	331	<b>TÍTULO 5 • COMPETÊNCIA CRIMINAL.....</b>	<b>361</b>
15.2.3. Classificação do crime.....	332	<b>CAPÍTULO I – PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....</b>	<b>361</b>
15.2.4. Rol de testemunhas .....	332	1. Jurisdição e competência .....	361

2. Princípio do juiz natural .....	362	1.2.3.1. Lei n. 13.491/17 e o princípio do juiz natural .....	393
2.1. Lei processual que altera regras de competência.....	363	1.2.3.2. Lei n. 13.491/17 e o direito intertemporal.....	393
2.2. Convocação de Juízes de 1º grau de jurisdição para substituição de Desembargadores ....	364	1.2.3.3. (In) constitucionalidade da Lei n. 13.491/17.....	395
3. Espécies de competência.....	366	1.3. (In) constitucionalidade e (in) convencionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de civis pela prática de crimes militares definidos em lei (ADPF 289).....	396
4. Competência absoluta e relativa .....	367	1.4. (In)constitucionalidade da competência da Justiça Militar da União para o processo e julgamento de crimes cometidos por ou contra militares no exercício de atribuições subsidiárias das Forças Armadas (ADI 5.032) .....	400
4.1. Quanto à natureza do interesse.....	367	1.5. Dos crimes militares em tempo de paz.....	401
4.2. Quanto à arguição da incompetência .....	368	1.5.1. Do conceito de militar para fins de aplicação da lei penal militar.....	401
4.3. Quanto ao reconhecimento da incompetência no juízo <i>ad quem</i> .....	370	1.5.2. Do inciso I do art. 9º do Código Penal Militar .....	404
4.4. Quanto às consequências da incompetência absoluta e relativa.....	372	1.5.3. Do inciso II do art. 9º do Código Penal Militar .....	405
4.5. Quanto à coisa julgada nos casos de incompetência absoluta e relativa .....	374	1.5.4. Do inciso III do art. 9º do CPM.....	415
4.6. Quadro sinóptico dos regimes jurídicos das regras de incompetência absoluta e relativa .....	375	1.5.5. Dos crimes dolosos contra a vida praticados por militares contra civis.....	420
5. Fixação da competência criminal.....	375	1.5.6. Dos crimes militares praticados em tempo de guerra.....	425
6. Competência internacional.....	376	2. Competência Criminal da Justiça Eleitoral.....	426
7. Tribunal Penal Internacional.....	377	3. Competência Criminal da Justiça do Trabalho.....	429
<b>CAPÍTULO II – COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA .....</b>		4. Competência Criminal da Justiça Federal.....	430
1. Competência Criminal da Justiça Militar.....	380	4.1. Considerações iniciais.....	430
1.1. Distinção entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar dos Estados.....	380	4.2. Atribuições de polícia investigativa da Polícia Federal .....	431
1.1.1. Quanto à competência criminal.....	381	4.3. Crimes políticos e infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções penais e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral (CF, Art. 109, inciso IV).....	432
1.1.2. Quanto à competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares.....	381	4.3.1. Crimes políticos.....	432
1.1.3. Quanto ao acusado.....	382	4.3.2. Crimes contra a União.....	433
1.1.4. Quanto ao órgão jurisdicional de 1ª instância .....	384	4.3.3. Crimes contra autarquias federais.....	434
1.1.5. Quanto ao órgão jurisdicional de 2ª instância .....	386	4.3.4. Crimes contra empresas públicas federais.....	434
1.1.6. Quadro comparativo entre a Justiça Militar da União e a Justiça Militar Estadual .....	386	4.3.5. Crimes contra fundações públicas federais.....	436
1.2. Crime militar.....	387	4.3.6. Crimes contra entidades de fiscalização profissional.....	436
1.2.1. Crime propriamente militar e crime impropriamente militar.....	387		
1.2.2. Crime militar de tipificação direta e crime militar de tipificação indireta.....	389		
1.2.3. Crimes militares extravagantes (crimes militares por equiparação à legislação penal comum ou crimes militares por extensão): a nova competência da Justiça Militar (Lei n. 13.491/17).....	390		

4.3.7. Crimes contra a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) .....	437	4.6.2.1. Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de capitais .....	476
4.3.8. Crimes contra sociedades de economia mista, concessionárias (ou permissionárias) de serviço público federal e entidades do “Sistema S” .....	438	4.7. Habeas corpus, em matéria criminal de sua competência ou quando o constrangimento provier de autoridade cujos atos não estejam diretamente sujeitos a outra jurisdição (CF, Art. 109, VII).....	478
4.3.9. Bens, serviços ou interesse da União, das autarquias federais (fundações públicas federais) e das empresas públicas federais.....	439	4.8. Mandados de segurança contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos Tribunais Federais (CF, Art. 109, VIII).....	479
4.3.10. Crimes previstos no Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03) .....	443	4.9. Crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar (CF, Art. 109, inciso IX).....	479
4.3.11. Crimes contra a Justiça Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União e do Distrito Federal .....	444	4.10. Crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro (CF, Art. 109, X).....	481
4.3.12. Crime praticado contra funcionário público federal.....	445	4.11. Disputa sobre direitos indígenas (CF, Art. 109, XI) .....	482
4.3.13. Crime praticado por funcionário público federal.....	447	4.11.1. Genocídio contra índios.....	483
4.3.14. Tribunal do Júri Federal .....	448	4.12. Conexão entre crimes de competência da Justiça Federal e da Justiça Estadual .....	484
4.3.15. Crimes contra o meio ambiente.....	448	5. Competência Criminal da Justiça Estadual.....	485
4.3.16. Crimes contra a fé pública .....	452	6. Justiça Política ou Extraordinária .....	486
4.3.17. Juízo Federal da Execução Penal.....	456	<b>CAPÍTULO III – COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....</b>	
4.3.18. Contravenções penais .....	458	1. Conceito .....	489
4.3.19. Atos infracionais.....	459	2. Regras básicas .....	489
4.3.20. Crimes previstos na Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16) .....	459	2.1. Investigação e indiciamento de pessoas com foro por prerrogativa de função.....	489
4.3.21. Crimes cometidos no estrangeiro .....	460	2.2. Arquivamento de inquérito nas hipóteses de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça ou do Procurador-Geral da República .....	490
4.4. Crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente (CF, Art. 109, inciso V).....	461	2.3. Duplo grau de jurisdição .....	490
4.4.1. Tráfico internacional de drogas.....	462	2.4. (Des)necessidade de o crime ser cometido durante o exercício do cargo e relacionado às funções desempenhadas pelo agente e (im) possibilidade de prorrogação da competência do respectivo Tribunal quando cessado o exercício funcional.....	490
4.4.2. Rol exemplificativo de crimes de competência da Justiça Federal com fundamento no art. 109, inciso V, da Constituição Federal .....	466	2.4.1. Regra da contemporaneidade .....	490
4.5. Incidente de Deslocamento de Competência para a Justiça Federal (CF, Art. 109, V-A, c/c Art. 109, § 5º) .....	469	2.4.2. Regra da atualidade.....	492
4.6. Crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira (CF, Art. 109, VI) .....	471	2.4.3. Regra da atualidade limitada, restrita ou mista.....	493
4.6.1. Crimes contra a organização do trabalho .....	471	2.5. Crime cometido após o exercício funcional.....	496
4.6.2. Crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.....	473	2.6. Dicotomia entre crime comum e crime de responsabilidade.....	497

2.7. Local da infração .....	498	CAPÍTULO IV – COMPETÊNCIA	
2.8. Crime doloso contra a vida .....	498	TERRITORIAL.....	522
2.9. Hipóteses de concurso de agentes .....	499	1. Introdução.....	522
2.10. Constituições Estaduais e princípio da simetria .....	501	2. Competência territorial pelo lugar da consumação da infração .....	522
2.11. Exceção da verdade .....	503	3. Casuística .....	523
2.12. Atribuições dos membros do Ministério Público perante os Tribunais Superiores .....	505	3.1. Quanto às espécies de infração penal .....	523
2.13. Procedimento originário dos Tribunais .....	505	3.2. Quanto aos crimes em espécie.....	528
3. Casuística .....	506	3.2.1. Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato (Lei n. 14.155, de 27 de maio de 2021).....	530
3.1. Quanto à competência dos Tribunais .....	506	4. Competência territorial pela residência ou domicílio do réu.....	533
3.1.1. Supremo Tribunal Federal.....	506	5. Competência territorial na Justiça Federal, na Justiça Militar (da União e dos Estados) e na Justiça Eleitoral .....	534
3.1.2. Superior Tribunal de Justiça .....	507	CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA DE JUÍZO.....	535
3.1.3. Tribunal Superior Eleitoral .....	508	1. Determinação do juízo competente .....	535
3.1.4. Superior Tribunal Militar .....	509	2. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher .....	536
3.1.5. Tribunais Regionais Federais .....	509	3. Juízo colegiado em primeiro grau de jurisdição para o julgamento de crimes praticados por organizações criminosas .....	540
3.1.6. Tribunais Regionais Eleitorais .....	509	3.1. Conceito legal de organizações criminosas.	540
3.1.7. Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal .....	509	3.2. Formação do juízo colegiado em primeiro grau .....	543
3.1.8. Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.....	510	3.3. Varas criminais colegiadas para o julgamento de crimes de pertinência a organizações criminosas armadas ou que tenham armas à disposição, do crime do art. 288-A do Código Penal, e das infrações penais conexas aos referidos delitos (Lei n. 12.694/12, art. 1º-A, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	547
3.1.9. Senado Federal.....	510	4. Competência do Juízo da Execução Penal .....	547
3.1.10. Tribunal Especial.....	510	4.1. Execução da pena de multa.....	550
3.1.11. Câmara Municipal.....	510	5. Competência por distribuição.....	551
3.2. Quanto aos titulares de foro por prerrogativa de função.....	511	6. Competência por prevenção.....	552
3.2.1. Presidente da República .....	511	CAPÍTULO VI – MODIFICAÇÃO DA	
3.2.2. Deputados federais e Senadores.....	512	COMPETÊNCIA .....	555
3.2.3. Ministros de Estado .....	513	1. Conexão e continência .....	555
3.2.4. Membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público .....	513	1.1. Introdução .....	555
3.2.5. Governador de Estado .....	513	1.2. Conexão .....	557
3.2.6. Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e membros dos Tribunais Regionais Federais.	515	1.3. Continência .....	558
3.2.7. Membros do Ministério Público Estadual e Juízes Estaduais .....	515	1.4. Efeitos da conexão e da continência .....	558
3.2.8. Membros do Ministério Público da União .....	516	1.5. Foro prevalente.....	560
3.2.9. Deputados Estaduais.....	517	1.5.1. Competência prevalente do Tribunal do Júri.....	560
3.2.10. Prefeitos municipais.....	518		
3.2.11. Vereadores .....	519		
4. Quadro sinóptico de competência por prerrogativa de função.....	520		

1.5.2. Jurisdições distintas.....	561	1.3. Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas .....	572
1.5.2.1. Concurso entre a jurisdição comum e a especial.....	561	1.4. Destinatários da prova .....	573
1.5.2.2. Concurso entre órgãos de jurisdição superior e inferior .....	561	1.5. Elemento de prova e resultado da prova .....	573
1.5.2.3. Concurso entre a Justiça Federal e a Estadual.....	561	1.6. Finalidade da prova .....	574
1.5.3. Jurisdições da mesma categoria.....	561	1.7. Sujeitos da prova .....	574
1.6. Separação de processos.....	562	1.8. Forma da prova .....	574
1.6.1. Separação obrigatória dos processos..	562	1.9. Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	574
1.6.1.1. Concurso entre a jurisdição comum e a militar .....	562	1.9.1. Meios extraordinários de obtenção de prova (técnicas especiais de investigação).....	576
1.6.1.2. Concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.....	563	1.10. Prova direta e prova indireta.....	576
1.6.1.3. Doença mental superveniente à prática delituosa.....	563	1.11. Indício: prova indireta ou prova semi-plena.....	576
1.6.1.4. Citação por edital de um dos corréus, seguida de seu não-comparecimento e não-constituição de defensor.....	563	1.12. Suspeita .....	578
1.6.1.5. Antiga hipótese de ausência de intimação da pronúncia ou de não-comparecimento do acusado à sessão de julgamento do júri, em se tratando de crime inafiançável .....	563	1.13. Objeto da prova.....	578
1.6.1.6. Recusas peremptórias no júri .....	564	1.14. Prova direta (positiva) e contrária (negativa); a contraprova .....	580
1.6.1.7. Suspensão do processo em relação ao colaborador.....	564	1.15. Prova emprestada.....	580
1.6.2. Separação facultativa de processos .....	564	1.16. Prova nominada e prova inominada.....	583
1.6.2.1. Infrações praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.....	565	1.17. Prova típica e prova atípica .....	583
1.6.2.2. Excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória .....	566	1.18. Prova anômala e prova irritual .....	584
1.6.2.3. Motivo relevante pelo qual o juiz reputa conveniente a separação .....	566	1.19. Critérios de decisão (standards probatórios) .....	585
1.7. Perpetuação da competência nas hipóteses de conexão e continência.....	566	2. Ônus da prova .....	585
2. Prorrogação de competência.....	568	2.1. Conceito .....	585
3. Perpetuação de competência.....	568	2.2. Ônus da prova perfeito e menos perfeito....	586
<b>TÍTULO 6 • PROVAS .....</b>	<b>571</b>	2.3. Ônus da prova objetivo e subjetivo .....	586
<b>CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DAS PROVAS .....</b>	<b>571</b>	2.4. Distribuição do ônus da prova no processo penal.....	587
1. Terminologia da prova .....	571	2.4.1. Ônus da prova da acusação e da defesa .....	587
1.1. Acepções da palavra prova .....	571	2.4.2. Ônus da prova exclusivo da acusação	589
1.2. Distinção entre prova e elementos informativos.....	572	2.5. Inversão do ônus da prova .....	590
		2.5.1. Confisco alargado e (im) possibilidade de inversão do ônus da prova .....	590
		3. Iniciativa probatória do juiz: a gestão da prova pelo magistrado .....	593
		4. Sistemas de avaliação da prova .....	593
		4.1. Sistema da íntima convicção do magistrado.....	593
		4.2. Sistema da prova tarifada.....	594
		4.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional do juiz).....	595
		5. Da prova ilegal.....	596
		5.1. Limitações ao direito à prova.....	596

5.1.1. Provas ilícitas e ilegítimas .....	597	6.5.3. Liberdade probatória quanto aos meios de prova .....	621
5.1.2. Tratamento da (in) admissibilidade das provas ilícitas e ilegítimas .....	599	6.6. Princípio do favor rei .....	622
5.2. Prova ilícita por derivação (teoria dos frutos da árvore envenenada) .....	600	<b>CAPÍTULO II – MEIOS DE PROVA E MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA EM ESPÉCIE.....</b>	
5.3. Limitações à prova ilícita por derivação.....	602	<b>1. Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia e das perícias em geral.....</b>	
5.3.1. Da teoria da fonte independente.....	602	<b>1.1. Cadeia de custódia.....</b>	
5.3.2. Teoria da descoberta inevitável .....	604	1.1.1. Etapas do rastreamento do vestígio na cadeia de custódia .....	
5.3.3. Limitação da mancha purgada (vícios sanados ou tinta diluída) .....	605	1.1.2. Coleta dos vestígios.....	
5.3.4. Exceção da boa-fé.....	606	1.1.3. Recipientes para acondicionamento de vestígios.....	
5.3.5. A teoria do risco .....	607	1.1.4. Centrais de custódia.....	
5.3.6. Limitação da destruição da mentira do imputado .....	607	1.1.5. Destinação do material após a realização da perícia.....	
5.3.7. Doutrina da visão aberta .....	607	<b>1.2. Do exame de corpo de delito e das perícias em geral .....</b>	
5.3.7.1. Teoria do encontro fortuito de provas (serendipidade) e crime achado .....	608	1.2.1. Do Corpo de delito .....	
5.3.8. Limitação da renúncia do interessado	609	1.2.2. Exame de corpo de delito e outras perícias.....	
5.3.9. A limitação da infração constitucional alheia .....	610	1.2.3. Laudo pericial .....	
5.3.10. A limitação da infração constitucional por pessoas que não fazem parte do órgão policial .....	610	1.2.3.1. Momento para a juntada do laudo pericial.....	
5.4. Inutilização da prova ilícita .....	611	1.2.3.2. Sistemas de apreciação dos laudos periciais.....	
5.4.1. Inutilização da prova ilícita no Tribunal do Júri.....	613	1.2.3.3. Laudo pericial e contraditório... ..	
5.5. Descontaminação do julgado (ou desentranhamento do juiz).....	613	1.2.4. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito: infrações transeuntes e não transeuntes .....	
6. Princípios relativos à prova penal.....	614	1.2.5. Exame de corpo de delito direto e indireto .....	
6.1. Princípio da proporcionalidade.....	614	1.2.5.1. Casuística .....	
6.1.1. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro reo .....	614	1.2.6. Ausência do exame de corpo de delito .....	
6.1.2. Princípio da proporcionalidade e prova ilícita pro societate.....	615	1.2.7. Peritos: oficiais e não oficiais .....	
6.2. Princípio da comunhão da prova .....	617	1.2.7.1. Número de peritos .....	
6.3. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	617	1.2.8. Assistente técnico.....	
6.4. Princípio da oralidade.....	617	1.2.9. Autópsia e exumação para exame cadavérico.....	
6.4.1. Princípio da identidade física do juiz....	618	1.2.10. Laudo pericial complementar no crime de lesões corporais .....	
6.4.1.1. Magistrados instrutores e princípio da identidade física do juiz....	620	1.2.11. Exame pericial de local de crime.....	
6.5. Princípio da liberdade probatória .....	620	1.2.12. Perícias de laboratório .....	
6.5.1. Liberdade probatória quanto ao momento da prova .....	621	1.2.13. Exame pericial para avaliação do prejuízo causado pelo delito.....	
6.5.2. Liberdade probatória quanto ao tema da prova .....	621	1.2.14. Exame pericial nos casos de incêndio ....	
		1.2.15. Exame pericial para reconhecimento de escritos.....	

1.2.16. Exame pericial dos instrumentos do crime .....	643	3.4. Valor probatório da confissão .....	659
1.2.17. Exame pericial por meio de carta precatória .....	643	3.5. Circunstância atenuante da confissão .....	660
2. Interrogatório judicial .....	643	4. Declarações do ofendido .....	660
2.1. Conceito .....	643	4.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer) .....	661
2.2. Natureza jurídica .....	644	5. Prova testemunhal .....	661
2.3. Momento para a realização do interrogatório .....	645	5.1. Conceito de testemunha e sua natureza jurídica .....	661
2.4. Condução coercitiva .....	647	5.2. Características da prova testemunhal .....	661
2.5. Foro competente para a realização do interrogatório .....	647	5.3. Deveres das testemunhas .....	662
2.6. Ausência do interrogatório .....	647	5.3.1. Dever de depor .....	662
2.7. Características do interrogatório .....	647	5.3.2. Dever de comparecimento .....	664
2.7.1. Ato personalíssimo .....	647	5.3.3. Dever de prestar o compromisso de dizer a verdade .....	666
2.7.2. Ato contraditório .....	647	5.3.4. Dever de comunicar mudança de residência .....	667
2.7.3. Ato assistido tecnicamente .....	648	5.4. Espécies de testemunhas .....	667
2.7.4. Ato oral .....	649	5.4.1. Testemunhas vulneráveis e depoimento sem dano (depoimento especial) .....	668
2.7.5. Ato individual .....	649	5.5. Procedimento para a oitiva de testemunhas .....	669
2.7.6. Ato bifásico .....	649	5.5.1. Apresentação do rol de testemunhas .....	669
2.7.7. Ato protegido pelo direito ao silêncio .....	650	5.5.2. Intimação das testemunhas .....	670
2.7.8. Liberdade de autodeterminação .....	651	5.5.3. Substituição de testemunhas .....	670
2.7.9. Ato público .....	652	5.5.4. Desistência da oitiva de testemunhas .....	671
2.7.10. Ato realizável a qualquer momento, antes do trânsito em julgado .....	652	5.5.5. Incomunicabilidade das testemunhas .....	671
2.8. Local da realização do interrogatório .....	652	5.5.6. Retirada do acusado da sala de audiência .....	672
2.9. Nomeação de curador .....	653	5.5.7. Assunção do compromisso de dizer a verdade .....	672
2.10. Interrogatório por videoconferência .....	654	5.5.8. Qualificação da testemunha .....	672
2.10.1. Breve histórico da Lei nº 11.900/09: a Lei paulista nº 11.819/05 .....	654	5.5.9. Contradita e arguição de parcialidade da testemunha .....	673
2.10.2. A entrada em vigor da Lei nº 11.900/09 .....	654	5.5.10. Colheita do depoimento: exame direto ( <i>direct-examination</i> ) e exame cruzado ( <i>cross-examination</i> ) .....	673
2.10.3. Finalidades do uso da videoconferência .....	656	5.5.11. Inversão da ordem de oitiva das testemunhas .....	675
2.10.4. Intimação das partes da realização da videoconferência .....	656	5.6. Direito ao confronto e produção de prova testemunhal incriminadora .....	676
2.10.5. Direito de presença remota do acusado aos demais atos da audiência una de instrução e julgamento .....	656	5.6.1. Testemunhas anônimas e direito ao confronto .....	677
2.10.6. Direito de entrevista prévia e reservada com o defensor .....	657	5.6.2. Testemunhas ausentes e direito ao confronto .....	679
2.10.7. Da (in) constitucionalidade do interrogatório por videoconferência .....	657	6. Reconhecimento de pessoas e coisas .....	680
3. Confissão .....	658	6.1. Conceito e natureza jurídica .....	680
3.1. Conceito .....	658		
3.2. Classificação da confissão .....	658		
3.3. Características da confissão .....	659		

6.2. Procedimento e consequências decorrentes da atipicidade procedimental .....	680	11.1.5.1.2. Direito probatório de 2ª geração: o caso Katz .....	712
6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico.....	682	11.1.5.1.3. Direito probatório de 3ª geração: o caso Kylo .....	712
7. Acareação .....	682	11.1.5.1.4. (Des) necessidade de autorização judicial prévia para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos .....	713
7.1. Conceito e natureza jurídica .....	682	11.1.6. Quebra do sigilo de dados telefônicos....	717
7.2. Procedimento probatório .....	683	11.1.7. Finalidade da interceptação telefônica: obtenção de elementos probatórios em investigação criminal ou instrução processual penal.....	718
7.3. Valor probatório.....	683	11.1.8. Requisitos para a interceptação telefônica.....	719
8. Prova documental.....	683	11.1.8.1. Ordem fundamentada da autoridade judiciária competente (teoria do juízo aparente) .....	720
8.1. Conceito e espécies.....	683	11.1.8.1.1. Da fundamentação da decisão .....	722
8.2. Produção da prova documental.....	685	11.1.8.2. Indícios razoáveis de autoria ou participação.....	722
8.3. Tradução de documentos em língua estrangeira .....	686	11.1.8.3. Quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.....	723
8.4. Restituição de documentos .....	686	11.1.8.4. Infração penal punida com pena de reclusão (crime de catálogo).....	724
9. Indícios .....	686	11.1.8.5. Delimitação da situação objeto da investigação e do sujeito passivo da interceptação .....	725
10. Busca e apreensão .....	686	11.1.9. Sigilo profissional do advogado.....	726
10.1. Conceito e natureza jurídica .....	686	11.1.10. Encontro fortuito de elementos probatórios em relação a outros fatos delituosos (serendipidade).....	726
10.2. Iniciativa e decretação.....	687	11.1.10.1. Encontro fortuito de diálogos mantidos com autoridade dotada de foro por prerrogativa de função e momento adequado para a remessa dos autos ao Tribunal competente.....	728
10.3. Objeto.....	688	11.1.11. Procedimento.....	729
10.4. Espécies de busca.....	689	11.1.12. Decretação da interceptação telefônica de ofício pelo juiz.....	730
10.4.1. Busca domiciliar .....	689	11.1.13. Segredo de justiça .....	731
10.4.1.1. Mandado de busca e apreensão .....	699	11.1.14. Duração da interceptação.....	731
10.4.1.2. Execução da busca domiciliar .....	700	11.1.15. Execução da interceptação telefônica .....	733
10.4.1.3. Descoberta de outros elementos probatórios e teoria do encontro fortuito de provas.....	701	11.1.16. Incidente de inutilização da gravação que não interessar à prova .....	736
10.4.2. Busca pessoal .....	702	11.1.17. Resolução nº 59 do Conselho Nacional de Justiça.....	736
10.4.2.1. Revista íntima em presídios.....	703		
11. Interceptação telefônica e captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	705		
11.1. Interceptação telefônica .....	705		
11.1.1. Sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.....	705		
11.1.2. Direito intertemporal e Lei nº 9.296/96 .....	706		
11.1.3. Conceito de interceptação .....	707		
11.1.4. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais).....	709		
11.1.5. Comunicações telefônicas de qualquer natureza .....	710		
11.1.5.1. Gerações de provas (trilogia Olmstead-Katz-Kylo) e (des) necessidade de autorização judicial para a extração de dados e de conversas registradas em aparelhos celulares apreendidos .....	711		
11.1.5.1.1. Direito probatório de 1ª geração: o caso Olmstead .....	712		

11.1.18. Caso Escher e outros (Corte Interamericana de Direitos Humanos).....	737	13.9.1. (Im) possibilidade de sanções premiais extralegais .....	771
11.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos .....	737	13.10. Sobrestamento do prazo para oferecimento da denúncia ou suspensão do processo, com a consequente suspensão da prescrição .....	772
11.2.1. Noções introdutórias .....	737	13.11. Valor probatório da colaboração premiada: regra da corroboração .....	773
11.2.2. Captação ambiental.....	738	13.12. Observância do contraditório e da ampla defesa .....	774
11.2.3. (I)licitude da captação ambiental e (des)necessidade de prévia autorização judicial .....	739	13.12.1. A implicação do acordo na ordem de manifestação dos acusados.....	776
11.2.4. Procedimento e requisitos para a captação ambiental .....	742	13.13. Acordo de colaboração premiada.....	777
11.2.5. Local e forma de instalação dos meios eletrônicos de produção de provas ....	744	13.13.1. Proposta para formalização de acordo de colaboração premiada ( <i>proffer session ou queen for a day</i> ).....	777
11.2.5.1. (Im) possibilidade de instalação do dispositivo de captação ambiental na casa do investigado .....	744	13.13.2. Conteúdo do acordo de colaboração premiada .....	780
11.2.6. Prazo de duração da captação ambiental .....	745	13.13.3. Legitimidade para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	781
11.2.7. Gravações clandestinas (telefônicas e ambientais) e (im) possibilidade de utilização exclusivamente em favor da defesa quando demonstrada a integridade da gravação .....	746	13.13.4. Retratação do acordo.....	784
11.2.8. Aplicação subsidiária à captação ambiental das regras atinentes à interceptação das comunicações telefônicas .....	750	13.13.5. Distinção entre retratação, rescisão e anulação do acordo de colaboração premiada .....	784
12. Quebra do sigilo de dados bancários, financeiros e fiscais.....	750	13.13.6. Intervenção do juiz .....	785
13. Colaboração premiada .....	755	13.13.7. Momento para a celebração do acordo de colaboração premiada.....	789
13.1. Origem e conceito .....	755	13.13.8. Publicidade do acordo de colaboração premiada.....	791
13.2. Natureza jurídica da colaboração premiada .....	755	14. Ação controlada .....	791
13.3. Distinção entre colaboração premiada e delação premiada (chamamento de corrêu).....	756	14.1. Conceito e previsão legal.....	791
13.4. Ética e moral.....	757	14.2. (Des) necessidade de prévia autorização judicial .....	792
13.5. Direito ao silêncio.....	757	14.3. Flagrante prorrogado, retardado ou diferido.....	794
13.6. Previsão normativa.....	759	14.4. Entrega vigiada.....	795
13.6.1. Lei de proteção às testemunhas (Lei nº 9.807/99).....	761	15. Infiltração de agentes.....	796
13.6.2. Nova Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/13).....	762	15.1. Conceito e previsão normativa .....	796
13.7. Voluntariedade e motivação da colaboração.....	764	15.2. Atribuição para a infiltração: agentes de polícia.....	797
13.7.1. (Im) possibilidade de celebração de acordo de colaboração premiada com investigados (ou acusados) presos.....	764	15.2.1. (Im)possibilidade de infiltração de particulares .....	798
13.8. Eficácia objetiva da colaboração premiada .....	765	15.3. Requisitos para a infiltração.....	798
13.9. Prêmios legais.....	766	15.4. Duração da infiltração .....	800
		15.5. Agente infiltrado, agente provocador ( <i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha) e agente de inteligência.....	800
		15.6. Sustação da operação .....	802
		15.7. Responsabilidade criminal do agente infiltrado .....	802

15.8. Infiltração virtual.....	803	2. Espécies de prisão .....	835
16. Agente policial disfarçado.....	804	3. Prisão Extrapenal .....	835
<b>TÍTULO 7 • MEDIDAS CAUTELARES</b>		3.1. Prisão civil.....	835
<b>DE NATUREZA PESSOAL.....</b>	<b>807</b>	3.1.1. Prisão civil do devedor de alimentos e do depositário infiel.....	835
<b>CAPÍTULO I – DAS PREMISSAS FUNDAMENTAIS E ASPECTOS INTRODUTÓRIOS.....</b>	<b>807</b>	3.1.2. Prisão do falido.....	837
1. A tutela cautelar no processo penal.....	807	3.2. Prisão administrativa .....	837
1.1. Lei nº 12.403/11 e o fim da bipolaridade das medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	808	3.2.1. Prisão do estrangeiro para fins de extradição, expulsão e deportação.....	838
2. Princípios aplicáveis às medidas cautelares de natureza pessoal.....	810	3.3. Prisão militar .....	840
2.1. Da Presunção de inocência (ou da não culpabilidade) .....	810	3.3.1. Da prisão militar em virtude de transgressão disciplinar.....	840
2.2. Da jurisdicionalidade (princípio tácito ou implícito da individualização da prisão e não somente da pena) .....	810	3.3.2. Da prisão militar em virtude de crime propriamente militar.....	841
2.2.1. Da vedação da prisão cautelar <i>ex lege</i> .....	813	4. Prisão penal ( <i>carcer ad poenam</i> ).....	843
2.3. Da proporcionalidade .....	813	5. Prisão Cautelar ( <i>carcer ad custodiam</i> ).....	843
3. Pressupostos das medidas cautelares: <i>fumus comissi delicti e periculum libertatis</i> .....	816	6. Momento da prisão.....	845
4. Características das medidas cautelares .....	819	6.1. Inviolabilidade do domicílio .....	845
5. Procedimento para a aplicação das medidas cautelares de natureza pessoal .....	820	6.2. Conceito de dia .....	845
5.1. Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares.....	820	6.3. Cláusula de reserva de jurisdição .....	845
5.2. Vedação à decretação de medidas cautelares pelo juiz de ofício na fase investigatória e na fase processual.....	821	6.4. Momento da prisão e Código Eleitoral .....	845
5.3. Legitimidade para o requerimento de decretação de medida cautelar .....	824	7. Imunidades prisionais .....	846
5.4. Contraditório prévio à decretação das medidas cautelares .....	826	7.1. Presidente da República e Governadores de Estado .....	846
5.5. Descumprimento injustificado das obrigações inerentes às medidas cautelares.....	827	7.2. Imunidade diplomática .....	847
5.6. Revogabilidade e/ou substitutividade das medidas cautelares .....	829	7.3. Senadores, deputados federais, estaduais ou distritais .....	848
5.7. Recursos cabíveis .....	831	7.3.1. (Im) possibilidade de prisão em flagrante de parlamentares federais, estaduais ou distritais .....	849
5.7.1. Em favor da acusação .....	831	7.3.2. (Im) possibilidade de decretação da prisão preventiva (ou temporária) de parlamentares federais, estaduais ou distritais .....	851
5.7.2. Em favor do acusado.....	832	7.4. Magistrados e membros do Ministério Público .....	851
5.8. Duração e extinção das medidas cautelares de natureza pessoal .....	832	7.5. Advogados .....	852
5.9. Detração.....	833	7.6. Menores de 18 anos.....	853
<b>CAPÍTULO II – PRISÃO.....</b>	<b>834</b>	8. Prisão e emprego de força.....	853
1. Conceito de prisão e seu fundamento constitucional.....	834	8.1. Instrumentos de menor potencial ofensivo (ou não letais).....	854
		9. Mandado de prisão .....	854
		9.1. Cumprimento do mandado de prisão .....	856
		9.2. Difusão vermelha ( <i>red notice</i> ).....	861
		9.2.1. Difusão vermelha a ser executada no exterior .....	861
		9.2.2. Difusão vermelha a ser cumprida no Brasil .....	861

10. Prisão Especial e separação de presos provisórios.....	862	9.11. Consequências decorrentes da não realização da audiência de custódia.....	889
10.1. Prisão de Índios .....	865	9.12. Tipificação do crime de abuso de autoridade (Lei n. 13.869/19).....	891
11. Sala de Estado-Maior.....	865		
 CAPÍTULO III – DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E CONVENCIONAIS ATINENTES À TUTELA DA LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO.....		 CAPÍTULO IV – DA PRISÃO EM FLAGRANTE .....	
1. Da observância dos direitos fundamentais no Estado de Direito.....	867	1. Conceito de prisão em flagrante.....	892
2. Do respeito à integridade física e moral do preso.....	867	2. Funções da prisão em flagrante .....	892
2.1. Respeito à integridade moral do preso e sua indevida exposição à mídia (“Perp Walk”).....	868	3. Fases da prisão em flagrante.....	893
2.2. Respeito à integridade física e moral do preso e uso de algemas .....	871	4. Natureza jurídica da prisão em flagrante delito.....	894
2.2.1. Vedação ao uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato .....	872	5. Sujeito ativo da prisão em flagrante .....	896
2.3. Caso Damião Ximenes Lopes .....	872	5.1. Flagrante facultativo .....	896
3. Da comunicação imediata da prisão ao juiz competente e ao Ministério Público.....	873	5.2. Flagrante obrigatório, compulsório ou coercitivo .....	896
4. Da comunicação imediata da prisão à família do preso ou à pessoa por ele indicada.....	874	6. Sujeito passivo do flagrante .....	896
5. Do direito ao silêncio ( <i>nemo tenetur se detegere</i> )....	875	7. Espécies de flagrante.....	896
6. Da assistência de advogado ao preso .....	875	7.1. Flagrante próprio, perfeito, real ou verdadeiro .....	897
7. Do direito do preso à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.....	877	7.2. Flagrante impróprio, imperfeito, irreal ou quase-flagrante .....	897
8. Do relaxamento da prisão ilegal .....	877	7.3. Flagrante presumido, ficto ou assimilado ...	898
9. Audiência de custódia (ou de apresentação).....	879	7.4. Flagrante preparado, provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador.....	899
9.2. Previsão normativa.....	880	7.5. Flagrante esperado.....	900
9.3. Presidência da audiência de custódia .....	881	7.5.1. Venda simulada de droga ou outros objetos ilícitos (v.g., armas de fogo) .....	900
9.4. Prazo .....	882	7.6. Flagrante prorrogado, protelado, retardado ou diferido: ação controlada e entrega vigiada.....	902
9.5. Procedimento adequado .....	883	7.7. Flagrante forjado, fabricado, maquinado ou urdido.....	902
9.6. (Im) possibilidade de utilização da videoconferência .....	884	8. Prisão em flagrante nas várias espécies de crimes .....	902
9.7. (Im) possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária) de ofício pelo juiz .....	886	8.1. Prisão em flagrante em crime permanente.....	902
9.8. (Im) possibilidade de conversão da audiência de custódia em audiência una de instrução e julgamento .....	888	8.2. Prisão em flagrante em crime habitual.....	903
9.9. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de descriminantes .....	889	8.3. Prisão em flagrante em crime de ação penal privada e em crime de ação penal pública condicionada.....	903
9.10. Liberdade provisória proibida (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	889	8.4. Prisão em flagrante em crimes formais .....	904
		8.5. Prisão em flagrante em crime continuado (flagrante fracionado).....	904
		9. Flagrante e apresentação espontânea do agente.....	904
		10. Lavratura do auto de prisão em flagrante delito.....	905
		10.1. Autoridade com atribuições para a lavratura do auto de prisão em flagrante .....	906

10.2. Condutor e testemunhas.....	907	5.2.3. Garantia de aplicação da lei penal .....	926
10.3. Interrogatório do preso.....	907	5.2.3.1. Prisão de estrangeiros e garantia de aplicação da lei penal .....	927
10.4. Fracionamento do auto de prisão em flagrante delito.....	909	5.2.4. Conveniência da instrução criminal...	928
10.5. Prazo para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito .....	909	5.2.5. Descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares .....	929
10.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela autoridade policial (auto de prisão em flagrante negativo).....	909	6. Hipóteses de admissibilidade da prisão preventiva .....	930
10.7. Recolhimento à prisão .....	910	6.1. Crimes dolosos punidos com pena máxima superior a 4 (quatro) anos .....	930
10.8. Remessa do auto à autoridade competente.....	910	6.2. Investigado ou acusado condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no art. 64, inciso I, do Código Penal.....	931
10.9. Remessa do auto de prisão em flagrante delito à autoridade judiciária.....	910	6.3. Quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência .....	931
10.10. Remessa do auto de prisão em flagrante à Defensoria Pública, se o atuado não informar o nome de seu advogado.....	911	6.4. Dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou não fornecimento de elementos suficientes para seu esclarecimento .....	934
10.11. Nota de culpa .....	911	7. Prisão preventiva e excludentes de ilicitude e de culpabilidade.....	935
11. Convalidação judicial da prisão em flagrante....	911	8. Duração da prisão preventiva e excesso de prazo na formação da culpa .....	935
11.1. Relaxamento da prisão em flagrante ilegal .....	911	8.1. Noções introdutórias.....	935
11.2. Conversão da prisão em flagrante em preventiva (ou temporária).....	912	8.2. Leis 11.689/08 e 11.719/08 e novo prazo para a conclusão do processo quando o acusado estiver preso .....	937
11.3. Concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança, cumulada (ou não) com as medidas cautelares diversas da prisão .....	914	8.3. Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade ..	939
CAPÍTULO V – DA PRISÃO PREVENTIVA.....	916	8.4. Hipóteses que autorizam o reconhecimento do excesso de prazo.....	940
1. Conceito de prisão preventiva.....	916	8.5. Excesso de prazo provocado pela defesa .....	941
2. Decretação da prisão preventiva durante a fase preliminar de investigações.....	916	8.6. Excesso de prazo após a pronúncia ou o encerramento da instrução criminal: mitigação das súmulas 21 e 52 do STJ .....	942
3. Decretação da prisão preventiva durante o curso do processo criminal.....	917	8.7. Excesso de prazo e aceleração do julgamento .....	943
3.1. Concessão antecipada de benefícios prisionais ao preso cautelar.....	919	8.8. Relaxamento da prisão por excesso de prazo e decretação de nova prisão.....	943
4. Iniciativa para a decretação da prisão preventiva .....	919	8.9. Excesso de prazo e efeito extensivo.....	943
4.1. (Im)possibilidade de decretação da prisão preventiva pelo juiz de ofício na fase investigatória e no curso do processo penal.....	919	8.10. Relaxamento da prisão preventiva e liberdade plena.....	943
4.2. Legitimidade para o requerimento de decretação da prisão preventiva .....	919	8.11. Relaxamento da prisão e natureza da infração penal.....	944
5. Pressupostos.....	920	8.12. Excesso de prazo e investigado ou acusado solto.....	944
5.1. <i>Fumus comissi delicti</i> .....	920		
5.2. Perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado: princípio da atualidade (ou contemporaneidade) do <i>periculum libertatis</i> .....	920		
5.2.1. Garantia da ordem pública .....	922		
5.2.2. Garantia da ordem econômica .....	925		

9. Fundamentação da decisão que decreta a prisão preventiva.....	945	1.4. Utilização da prisão domiciliar como medida cautelar diversa da prisão preventiva.....	979
9.1. Rol exemplificativo de decisões não-fundamentadas (CPP, art. 315, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	947	1.5. Detração.....	979
9.2. Fundamentação per relationem (ou aliunde).....	949	CAPÍTULO IX – MEDIDAS CAUTELARES DE NATUREZA PESSOAL DIVERSAS DA PRISÃO.....	980
10. Revogação da prisão preventiva.....	950	1. Da ampliação do rol de medidas cautelares de natureza pessoal previstas no Código de Processo Penal.....	980
11. Obrigatoriedade de revisão periódica da necessidade da manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	950	2. Comparecimento periódico em juízo.....	981
11.1. Juízo obrigado a revisar a necessidade de manutenção da prisão preventiva a cada 90 (noventa) dias.....	951	3. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares.....	982
11.2. Consequências decorrentes da inobservância do prazo nonagesimal.....	952	4. Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	983
12. Apresentação espontânea do acusado.....	953	5. Proibição de ausentar-se da Comarca ou do País....	984
13. Prisão preventiva no Código de Processo Penal Militar.....	953	6. Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando o investigado ou acusado tenha residência e trabalho fixos.....	985
CAPÍTULO VI – DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	955	7. Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira.....	986
1. Origem.....	955	8. Internação provisória.....	990
2. Conceito de prisão temporária.....	956	9. Fiança.....	992
3. Requisitos.....	956	10. Monitoração eletrônica.....	993
3.1. Da imprescindibilidade da prisão temporária para as investigações.....	957	11. Condução coercitiva.....	995
3.2. Ausência de residência fixa e não fornecimento de elementos necessários ao esclarecimento da identidade do indiciado.....	958	12. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão previstas na legislação especial.....	998
3.3. Fundadas razões de autoria ou participação do indiciado nos crimes listados no inciso III do art. 1º da Lei nº 7.960/89 e no art. 2º, § 4º, da Lei nº 8.072/90.....	959	13. Poder geral de cautela no processo penal.....	1000
4. procedimento.....	964	CAPÍTULO X – DA LIBERDADE PROVISÓRIA.....	1003
5. Prazo.....	965	1. Conceito.....	1003
6. Direitos e garantias do preso temporário.....	966	2. Distinção entre relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da prisão cautelar.....	1005
CAPÍTULO VII – DAS PRISÕES DECORRENTES DE PRONÚNCIA E DE SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL.....	966	2.1. Quadro comparativo entre relaxamento da prisão, revogação da prisão cautelar e liberdade provisória.....	1006
1. Análise histórica das prisões decorrentes de pronúncia e de sentença condenatória recorrível....	966	3. Espécies de liberdade provisória.....	1007
CAPÍTULO VIII – DA PRISÃO DOMICILIAR.....	971	4. Liberdade provisória sem fiança.....	1007
1. Da prisão domiciliar.....	971	4.1. Revogada liberdade provisória sem fiança nas hipóteses em que o conduzido livrava-se solto.....	1007
1.1. Hipóteses de admissibilidade e ônus da prova.....	973	4.2. Liberdade provisória sem fiança nas hipóteses de discriminantes.....	1008
1.2. Fiscalização da prisão domiciliar.....	978	4.3. Revogada liberdade provisória sem fiança pela inexistência de hipótese que autorizasse a prisão preventiva (antiga redação do art. 310, parágrafo único).....	1009
1.3. Saídas controladas.....	978	4.4. Liberdade provisória sem fiança por motivo de pobreza.....	1011

5. Liberdade provisória com fiança .....	1011	2.4. Classificação das questões prejudiciais.....	1038
5.1. Conceito e natureza jurídica da fiança .....	1011	2.4.1. Quanto à natureza .....	1038
5.2. Momento para a concessão da fiança .....	1012	2.4.2. Quanto à competência.....	1039
5.3. Concessão de fiança pela autoridade po- licial.....	1013	2.4.3. Quanto aos efeitos .....	1040
5.4. Valor da fiança .....	1014	2.4.4. Quanto ao grau de influência da questão prejudicial sobre a prejudicada.....	1040
5.5. Infrações inafiançáveis.....	1014	2.5. Sistemas de Solução.....	1040
5.6. Obrigações processuais.....	1015	2.6. Questões prejudiciais devolutivas absolu- tas (heterogêneas relativas ao estado civil das pessoas).....	1041
5.7. Incidentes relativos à fiança .....	1016	2.6.1. Pressupostos .....	1041
5.7.1. Quebramento da fiança .....	1016	2.6.2. Consequências .....	1042
5.7.2. Fiança definitiva .....	1017	2.7. Questões prejudiciais devolutivas relativas (heterogêneas não relativas ao estado civil das pessoas).....	1043
5.7.3. Perda da fiança.....	1017	2.7.1. Pressupostos .....	1043
5.7.4. Cassação da fiança.....	1017	2.7.2. Consequências .....	1044
5.7.5. Reforço da fiança.....	1017	2.8. Recursos cabíveis .....	1045
5.7.6. Fiança sem efeito (inidoneidade da fiança).....	1018	2.9. Decisão cível acerca da questão prejudi- cial heterogênea e sua influência no âmbito criminal .....	1045
5.7.7. Dispensa da fiança.....	1018	2.10. Princípio da suficiência da ação penal .....	1046
5.7.8. Conversão da liberdade provisória com fiança em liberdade provisória sem fiança.....	1018	3. Exceções .....	1046
5.7.9. Destinação da fiança .....	1019	3.1. Conceito .....	1046
5.7.10. Execução da fiança.....	1019	3.2. Exceções ou objeções .....	1046
6. Liberdade provisória obrigatória .....	1020	3.3. Classificação das exceções .....	1047
7. Liberdade provisória proibida.....	1020	3.3.1. Quanto à natureza .....	1047
7.1. Liberdade provisória proibida para agen- tes reincidentes, integrantes de organizações criminosas armadas ou milícias, ou que por- tem arma de fogo de uso restrito (CPP, art. 310, §2º, incluído pela Lei n. 13.964/19).....	1027	3.3.2. Quanto aos efeitos .....	1047
8. Liberdade provisória com vinculação .....	1029	3.3.3. Quanto à forma de processamento .....	1047
9. Liberdade provisória sem vinculação.....	1029	3.4. Natureza Jurídica .....	1048
10. Liberdade provisória e definição jurídica do fato delituoso pela autoridade policial ou pelo Ministério Público.....	1030	3.5. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade .....	1048
11. Liberdade provisória e recursos.....	1031	3.5.1. Procedimento da exceção de suspei- ção (impedimento e incompatibilidade) .....	1048
12. Liberdade provisória no Código de Processo Penal Militar.....	1031	3.5.1.1. Reconhecimento de ofício da sus- peição.....	1048
13. Menagem.....	1033	3.5.1.2. Oposição da exceção de suspeição... ..	1049
TÍTULO 8 • QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....	1035	3.5.1.3. Apreciação da exceção de suspei- ção pelo juiz excepto .....	1051
1. Noções gerais.....	1035	3.5.1.4. Julgamento da exceção de suspei- ção pelo Tribunal competente.....	1051
2. Questões prejudiciais.....	1035	3.5.1.5. Recursos cabíveis.....	1052
2.1 Conceito e natureza jurídica .....	1036	3.5.2. Suspeição nos Tribunais de 2ª ins- tância e nos Tribunais Superiores.....	1052
2.2. Características .....	1036	3.5.3. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	1052
2.3. Distinção entre questões prejudiciais e questões preliminares .....	1037		

3.5.4. Suspeição de serventuários, de funcionários da justiça, peritos e intérpretes.....	1053	7.1.2. Pressupostos.....	1078
3.5.5. Suspeição dos jurados.....	1054	7.1.3. Contraditório prévio.....	1078
3.5.6. Suspeição da autoridade policial.....	1054	7.2. Sequestro.....	1079
3.6. Exceção de incompetência.....	1055	7.2.1. Procedimento.....	1082
3.6.1. Do procedimento da exceção de incompetência.....	1055	7.2.2. Defesa.....	1083
3.6.2. Arguição da incompetência antes do início do processo.....	1055	7.2.3. Levantamento do sequestro.....	1087
3.6.3. Recursos cabíveis.....	1056	7.2.4. Destinação final do sequestro.....	1088
3.7. Exceção de ilegitimidade.....	1056	7.2.4.1. Destinação de obras de arte ou de outros bens de relevante valor cultural a museus públicos.....	1089
3.7.1. Ilegitimidade <i>ad causam e ad processum</i> .....	1056	7.2.5. Sequestro de bens de pessoas indicadas por crimes de que resultar prejuízo para a Fazenda Pública.....	1090
3.7.2. Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte.....	1057	7.3. Especialização e registro da hipoteca legal.....	1091
3.7.3. Recursos cabíveis.....	1057	7.3.1. Momento.....	1093
3.8. Exceção de litispendência.....	1057	7.3.2. Pressupostos.....	1093
3.8.1. Procedimento da exceção de litispendência.....	1058	7.3.3. Legitimidade.....	1093
3.8.2. Recursos cabíveis.....	1058	7.3.4. Procedimento.....	1095
3.9. Exceção de coisa julgada.....	1058	7.3.5. Defesa.....	1096
3.9.1. Conceito de coisa julgada.....	1058	7.3.6. Finalização.....	1097
3.9.2. Coisa julgada formal e material.....	1059	7.4. Arresto prévio (ou preventivo).....	1097
3.9.3. Coisa julgada e coisa soberanamente julgada.....	1059	7.5. Arresto subsidiário de bens móveis.....	1098
3.9.4. Limites da coisa julgada.....	1060	7.5.1. Inscrição de hipoteca legal e arresto nos crimes de lavagem de capitais.....	1100
3.9.4.1. Limites objetivos.....	1060	7.6. Utilização de bens sequestrados, apreendidos ou sujeitos a qualquer medida assecuratória pelos órgãos de segurança pública.....	1101
3.9.4.2. Limites subjetivos.....	1061	7.6.1. Conceito e finalidades.....	1101
3.9.5. Duplicidade de sentenças condenatórias com trânsito em julgado.....	1061	7.6.2. Momento adequado.....	1102
3.9.6. Procedimento da exceção de coisa julgada.....	1062	7.6.3. Requisitos.....	1103
4. Conflito de competência.....	1062	7.6.4. Objeto da medida.....	1103
5. Conflito de atribuições no âmbito do Ministério Público.....	1067	7.6.5. Beneficiários da medida.....	1103
6. Restituição de coisas apreendidas.....	1070	7.7. Alienação antecipada.....	1104
6.1. Apreensão.....	1070	7.7.1. Momento.....	1105
6.2. Vedações e restrições à restituição de coisas apreendidas.....	1072	7.7.2. Pressupostos.....	1105
6.2.1. Destinação das coisas apreendidas não restituídas.....	1073	7.7.3. Legitimidade.....	1105
6.3. Procedimento da restituição de coisas apreendidas.....	1074	7.7.4. Procedimento.....	1106
6.3.1. Recursos cabíveis.....	1076	7.8. Ação civil de confisco.....	1107
7. Medidas assecuratórias.....	1077	8. Incidente de falsidade.....	1108
7.1. Noções introdutórias.....	1077	8.1. Noções gerais.....	1108
7.1.1. Jurisdicionalidade.....	1078	8.2. Procedimento do incidente de falsidade.....	1110
		8.3. Recurso adequado.....	1112
		8.4. Suspensão do processo principal.....	1112
		8.5. Coisa julgada.....	1113
		9. Incidente de insanidade mental.....	1113
		9.1. Instauração do incidente.....	1114

9.2. Procedimento .....	1115	6.1.6. Imunidade diplomática.....	1161
9.3. Conclusão do incidente de insanidade mental .....	1117	6.2. Autodefesa e presença do acusado .....	1161
9.3.1. Durante o processo judicial .....	1118	6.3. Contumácia do acusado .....	1161
9.3.2. Durante o curso do inquérito policial .....	1122	6.4. Direitos do acusado .....	1162
9.3.3. Durante a execução penal .....	1122	7. Defensor .....	1163
<b>TÍTULO 9 • SUJEITOS DO PROCESSO .....</b>	<b>1125</b>	7.1. Espécies de defensor.....	1163
1. Noções gerais .....	1125	7.1.1. Defensoria Pública .....	1165
2. Juiz.....	1125	7.2. Defesa técnica plena e efetiva.....	1169
2.1. Capacidade para ser juiz.....	1126	7.3. Abandono do processo pelo defensor.....	1169
2.2. Escolha dos juízes .....	1126	7.4. Impedimento do defensor .....	1170
2.3. Funções do juiz no processo penal .....	1127	8. Assistente da defesa .....	1170
2.3.1. Funções de ordem jurisdicional .....	1128	<b>TÍTULO 10 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>1173</b>
2.3.2. Funções de ordem administrativa.....	1129	1. Noções gerais.....	1173
2.4. Garantias e vedações dos juízes .....	1129	2. Citação .....	1173
2.5. Imparcialidade do juiz .....	1130	2.1. Efeitos da citação válida.....	1174
2.5.1. Impedimento.....	1130	2.2. Espécies de citação.....	1175
2.5.2. Suspeição .....	1133	3. Citação pessoal .....	1176
2.5.3. Incompatibilidade.....	1135	3.1. Citação por mandado.....	1176
3. Partes.....	1136	3.2. Citação por carta precatória.....	1177
4. Ministério Público .....	1137	3.3. Citação do militar .....	1178
4.1. (Im)parcialidade do Ministério Público.....	1137	3.4. Citação de funcionário público .....	1179
4.2. Organização do Ministério Público .....	1139	3.5. Citação de acusado preso .....	1179
4.3. Princípios institucionais do Ministério Público.....	1143	3.6. Citação de acusado no estrangeiro.....	1180
4.3.1. Princípio do Promotor Natural .....	1144	3.7. Citação em legações estrangeiras .....	1181
4.4. Garantias e vedações .....	1148	3.8. Citação mediante carta de ordem.....	1181
4.5. Impedimento e suspeição do órgão do Ministério Público .....	1149	4. Citação por edital.....	1181
4.6. Promotor <i>ad hoc</i> .....	1150	4.1. Hipóteses que autorizam a citação por edital.....	1182
5. Ofendido.....	1150	4.2. Suspensão do processo e da prescrição (art. 366 do CPP) .....	1184
5.1. Ofendido como querelante.....	1151	4.2.1. Art. 366 do CPP e sua aplicação na Justiça Militar .....	1184
5.2. Ofendido como assistente da acusação .....	1151	4.2.2. Limitação temporal do prazo de suspensão da prescrição .....	1185
5.2.1. Natureza do interesse do assistente da acusação .....	1153	4.2.3. Produção antecipada de provas urgentes .....	1186
5.2.2. Habilitação do ofendido como assistente da acusação .....	1154	4.2.4. Prisão preventiva .....	1187
5.2.3. Atribuições do assistente .....	1157	4.2.5. Comparecimento do acusado .....	1188
6. Acusado .....	1158	4.2.6. Aplicação do art. 366 do CPP na Lei de Lavagem de Capitais.....	1188
6.1. Capacidade do acusado.....	1159	5. Citação por hora certa.....	1189
6.1.1. Menores de 18 (dezoito) anos.....	1159	6. Intimação, notificação e contagem de prazos .....	1191
6.1.2. Acusado inimputável .....	1159	6.1. Início do prazo e início da contagem do prazo .....	1191
6.1.3. Pessoa jurídica .....	1159		
6.1.4. Animais, mortos e seres inanimados .....	1160		
6.1.5. Acusado certo e individualizado .....	1160		

6.2. Intimação e notificação do Ministério Público.....1193

6.3. Intimação e notificação dos Defensores Públicos .....1194

6.4. Prazo em dobro.....1194

6.5. Intimação e notificação do defensor dativo, do defensor constituído e dos advogados do querelante e do assistente .....1195

6.6. Intimação e notificação do ofendido .....1196

6.7. Intimação e notificação por hora certa.....1196

6.8. Intimação e notificação por meios eletrônicos .....1196

6.9. (Des) necessidade de observância de prazo mínimo entre a publicação da pauta e o julgamento dos recursos e das ações autônomas de impugnação.....1197

6.10. Férias forenses.....1198

**TÍTULO 11 • PROCESSO E PROCEDIMENTO..... 1199**

**CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO ..... 1199**

1. Noções gerais .....1199

    1.1. Procedimento e devido processo penal.....1200

    1.2. Violação às regras procedimentais .....1200

2. Classificação do procedimento .....1201

    2.1. Classificação do procedimento comum .....1201

        2.1.1. Concursos de crimes, qualificadoras, privilégios, causas de aumento e de diminuição de pena, agravantes e atenuantes .....1203

3. Procedimento adequado no caso de conexão e/ou continência envolvendo infrações penais sujeitas a ritos distintos .....1204

4. Antigo procedimento comum ordinário dos crimes punidos com reclusão .....1205

**CAPÍTULO II – PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO..... 1205**

1. Oferecimento da peça acusatória.....1205

2. Juízo de admissibilidade: rejeição ou recebimento da peça acusatória.....1206

    2.1. Momento do juízo de admissibilidade da peça acusatória .....1206

3. Rejeição da peça acusatória .....1207

    3.1. Causas de rejeição.....1207

        3.1.1. Inépcia da peça acusatória .....1207

        3.1.2. Falta de pressuposto processual .....1208

        3.1.3. Falta de condições para o exercício da ação penal.....1209

    3.1.4. Falta de justa causa (suporte probatório mínimo) para o exercício da ação penal .....1209

3.2. Rejeição parcial da peça acusatória.....1209

3.3. Recurso cabível contra a rejeição da peça acusatória .....1210

4. Recebimento da peça acusatória.....1211

    4.1. (Des) necessidade de fundamentação do recebimento da peça acusatória .....1211

    4.2. Consequências do recebimento da peça acusatória .....1212

    4.3. Recurso cabível contra o recebimento da peça acusatória .....1213

5. Citação do acusado .....1215

6. Reação defensiva à peça acusatória .....1215

    6.1. Extinta defesa prévia .....1215

    6.2. Defesa preliminar.....1216

        6.2.1. Procedimentos em que há previsão legal de defesa preliminar .....1216

        6.2.2. Consequências decorrentes da inobservância da defesa preliminar .....1218

        6.2.3. Defesa preliminar e (des) necessidade de apresentação concomitante de resposta à acusação.....1219

    6.3. Resposta à acusação.....1221

    6.4. Quadro comparativo entre a extinta defesa prévia, a defesa preliminar e a resposta à acusação.....1223

7. Revelia.....1224

8. Possível oitiva da acusação .....1225

9. Absolvição sumária.....1226

    9.1. Julgamento antecipado da lide no processo penal.....1226

    9.2. Causas de absolvição sumária no procedimento comum .....1227

    9.3. Inimputável do art. 26, *caput*, do CP .....1227

    9.4. Grau de convencimento necessário para a absolvição sumária.....1227

    9.5. Distinção entre a absolvição sumária do procedimento comum e a da 1ª fase do procedimento do júri.....1228

    9.6. Coisa julgada .....1228

    9.7. Recurso adequado .....1228

10. Aceitação da proposta de suspensão condicional do processo .....1229

11. Designação da audiência.....1230

12. Audiência una de instrução e julgamento.....1231

    12.1. Da instrução probatória em audiência .....1231

12.1.1. Dever processual de tutela da integridade física e psicológica da vítima (e das testemunhas) pelas partes e pelos demais sujeitos processuais (Lei Mariana Ferrer).....	1232
12.2. Indeferimento de provas ilícitas, irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.....	1235
12.3. Diligências.....	1237
12.4. <i>Mutatio libelli</i> : eventual necessidade de aditamento.....	1238
12.5. Alegações orais.....	1238
12.5.1. Conteúdo das alegações orais.....	1239
12.5.2. Ordem de apresentação das alegações orais (memoriais).....	1240
12.5.3. Substituição das alegações orais por memoriais.....	1241
12.5.4. Não apresentação de alegações orais ou memoriais pelas partes.....	1241
12.6. Sentença.....	1243
12.7. Registro da audiência.....	1243
<b>CAPÍTULO III – PROCEDIMENTO COMUM</b>	
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>1243</b>
1. Noções gerais.....	1243
2. Distinção entre o procedimento comum ordinário e o procedimento comum sumário.....	1244
<b>CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>1244</b>
1. Princípios constitucionais do júri.....	1244
1.1. Plenitude de defesa.....	1245
1.1.1. (In) constitucionalidade da tese de legítima defesa da honra (STF, ADPF 779).....	1246
1.2. Sigilo das votações.....	1248
1.2.1. Sala especial.....	1248
1.2.2. Incomunicabilidade dos jurados.....	1248
1.2.3. Votação unânime.....	1249
1.3. Soberania dos veredictos.....	1249
1.3.1. Cabimento de apelação contra decisões do Júri.....	1250
1.3.2. Cabimento de revisão criminal contra decisões do Júri.....	1251
1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	1251
2. Procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1253
3. <i>Iudicium accusationis</i> (ou sumário da culpa).....	1253
3.1. Alegações orais.....	1256
4. Impronúncia.....	1257
4.1. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1257
4.2. Provas novas e oferecimento de outra peça acusatória.....	1258
4.3. Infração conexa.....	1258
4.4. Despronúncia.....	1258
4.5. Recurso cabível.....	1258
5. Desclassificação do delito.....	1259
5.1. Nova capitulação legal.....	1260
5.2. Procedimento a ser observado pelo juízo singular competente.....	1261
5.3. Infração conexa.....	1261
5.4. Situação do acusado preso.....	1262
5.5. Recurso cabível.....	1262
5.6. Conflito de competência.....	1263
6. Absolvição sumária.....	1264
6.1. Inimputável do art. 26, <i>caput</i> , do CP.....	1265
6.2. Juízo de certeza.....	1266
6.3. Infração conexa.....	1266
6.4. Natureza jurídica e coisa julgada.....	1266
6.5. Recurso cabível.....	1267
6.5.1. Recurso de ofício.....	1268
7. Pronúncia.....	1268
7.1. Pressupostos.....	1268
7.2. Natureza jurídica.....	1269
7.3. Regra probatória: <i>in dubio pro societate</i> (ou <i>in dubio pro reo</i> ).....	1269
7.4. Fundamentação e eloquência acusatória.....	1271
7.5. Emendatio e mutatio libelli.....	1272
7.6. Conteúdo da pronúncia.....	1273
7.7. Infrações conexas.....	1274
7.8. Constatação do envolvimento de outras pessoas como coautores ou partícipes.....	1275
7.9. Efeitos da pronúncia.....	1275
7.9.1. Decretação da prisão preventiva ou imposição de medidas cautelares diversas da prisão.....	1276
7.10. Intimação da pronúncia.....	1276
7.11. Recurso cabível.....	1278
8. Desaforamento.....	1278
8.1. Legitimidade para o requerimento de desaforamento.....	1279
8.2. Momento para o desaforamento.....	1279
8.3. Hipóteses que autorizam o desaforamento.....	1279
8.4. Aceleração de julgamento.....	1280
8.5. Crimes conexos e coautores.....	1281
8.6. Comarca (ou subseção judiciária) para a qual o processo será desaforado.....	1281



2.1.1. Princípio da insignificância e infração de médio potencial ofensivo .....	1332	6.7. Audiência de instrução e julgamento .....	1358
2.2. Excesso de acusação .....	1333	7. Sistema recursal no âmbito dos Juizados e julgamento pelas turmas recursais .....	1359
2.3. Estatuto do Idoso .....	1333	7.1. Apelação nos Juizados.....	1360
2.4. Acusados com foro por prerrogativa de função .....	1334	7.2. Embargos de declaração nos Juizados .....	1360
2.5. Crimes eleitorais .....	1334	7.3. Recurso Extraordinário.....	1361
2.6. Violência doméstica e familiar contra a mulher e aplicação da Lei nº 9.099/95 .....	1334	7.4. Recurso Especial .....	1361
2.7. Aplicação da Lei nº 9.099/95 na Justiça Militar .....	1335	7.5. <i>Habeas corpus</i> .....	1361
2.8. Conexão e continência entre crime comum e infração penal de menor potencial ofensivo.....	1336	7.6. Mandado de segurança .....	1362
2.9. Causas de modificação da competência dos Juizados .....	1337	7.7. Revisão criminal .....	1362
2.10. Natureza da competência dos Juizados: absoluta ou relativa .....	1338	8. Representação nos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.....	1362
2.11. Competência territorial .....	1339	9. Suspensão condicional do processo .....	1363
2.11.1. Juizados Especiais Itinerantes.....	1340	9.1. Conceito e natureza jurídica .....	1363
3. Termo Circunstanciado.....	1340	9.2. Requisitos de admissibilidade da suspensão condicional do processo.....	1364
4. Situação de flagrância nas infrações de menor potencial ofensivo.....	1342	9.3. Suspensão condicional do processo em crimes de ação penal de iniciativa privada.....	1366
4.1. Afastamento do lar nos casos de violência doméstica .....	1342	9.4. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo .....	1366
5. Fase preliminar dos Juizados.....	1343	9.5. Momento para a aceitação da proposta.....	1367
5.1. Composição dos danos civis .....	1343	9.5.1. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	1367
5.2. Oferecimento de representação .....	1344	9.6. Aceitação da proposta .....	1369
5.3. Transação penal .....	1345	9.7. Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão.....	1370
5.3.1. Pressupostos de admissibilidade da transação penal.....	1346	9.8. Condições da suspensão condicional do processo .....	1371
5.3.2. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal .....	1348	9.9. Revogação da suspensão condicional do processo .....	1372
5.3.3. Recusa injustificada de oferecimento da proposta de transação penal .....	1349	9.9.1. Revogação obrigatória .....	1372
5.3.4. Momento para o oferecimento da proposta de transação penal.....	1350	9.9.2. Revogação facultativa.....	1373
5.3.5. Descumprimento injustificado da transação penal.....	1351	9.10. Extinção da punibilidade.....	1373
5.3.6. Recurso .....	1353	9.11. Suspensão condicional do processo em crimes ambientais.....	1374
6. Análise do procedimento comum sumaríssimo.....	1353	10. Execução no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.....	1375
6.1. Oferecimento da peça acusatória .....	1354	<b>TÍTULO 12 • SENTENÇA PENAL .....</b>	<b>1377</b>
6.2. Defesa Preliminar .....	1355	1. Atos processuais do juiz .....	1377
6.3. Rejeição ou recebimento da peça acusatória .....	1356	2. Classificação dos provimentos judiciais.....	1377
6.4. Citação do acusado.....	1356	2.1. Despachos de mero expediente .....	1377
6.5. Resposta à acusação.....	1357	2.2. Decisões interlocutórias simples e mistas (não terminativas e terminativas).....	1378
6.6. Possibilidade de absolvição sumária .....	1357	2.3. Decisões definitivas .....	1378
		2.4. Sentença .....	1379

2.5. Sentenças definitivas, decisões definitivas e com força de definitivas .....	1379	5.4. Pedido absolutório formulado pela acusação e (im) possibilidade de condenação .....	1416
2.6. Decisões executáveis, não executáveis e condicionais .....	1380	6. Publicação da sentença.....	1417
2.7. Decisões subjetivamente simples, subjetivamente plúrimas e subjetivamente complexas.....	1380	6.1. Esgotamento da instância.....	1418
2.8. Decisões suicidas, vazias e autofágicas .....	1380	6.2. Intimação da sentença.....	1418
2.9. Decisões condenatórias, declaratórias, constitutivas (positivas e negativas), mandamentais e executivas .....	1380	7. Princípio da correlação entre acusação e sentença (ou da congruência) .....	1421
3. Estrutura e requisitos da sentença .....	1381	7.1. <i>Emendatio libelli</i> .....	1421
3.1. Relatório.....	1381	7.1.1. Momento procedimental adequado da <i>emendatio libelli</i> .....	1423
3.2. Fundamentação.....	1382	7.1.2. <i>Emendatio libelli</i> e (des) necessidade de oitiva das partes .....	1425
3.2.1. Fundamentação <i>per relationem</i> (ou aliunde).....	1384	7.1.3. <i>Emendatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal .....	1426
3.3. Dispositivo .....	1385	7.1.4. <i>Emendatio libelli</i> na 2ª instância.....	1426
3.4. Autenticação .....	1385	7.2. <i>Mutatio libelli</i> .....	1427
4. Sentença absolutória .....	1386	7.2.1. Surgimento de prova nos autos de elementares ou circunstâncias não contidas na peça acusatória.....	1428
4.1. Espécies de sentença absolutória .....	1386	7.2.2. Fato novo e fato diverso.....	1429
4.2. Presunção de inocência e regra probatória.....	1387	7.2.3. Necessidade de aditamento, independentemente do <i>quantum</i> de pena cominado à imputação diversa .....	1430
4.3. Fundamentos.....	1387	7.2.4. Aditamento espontâneo (CPP, art. 384, <i>caput</i> ) e provocado (CPP, art. 384, § 1º).....	1431
4.4.1. Efeito principal: colocação do acusado em liberdade .....	1388	7.2.5. Procedimento da <i>mutatio libelli</i> .....	1433
4.4.2. Efeitos secundários.....	1388	7.2.6. Recurso cabível contra a rejeição do aditamento à peça acusatória .....	1434
5. Sentença condenatória .....	1389	7.2.7. <i>Mutatio libelli</i> nas diferentes espécies de ação penal .....	1434
5.1. Fixação da pena.....	1389	7.2.8. Aditamento: imputação superveniente e possibilidade de condenação do acusado quanto à imputação originária .....	1435
5.1.1. Fixação da pena-base.....	1392	7.2.9. <i>Mutatio libelli</i> na 2ª instância.....	1436
5.1.2. Fixação da pena provisória .....	1396	7.3. Quadro comparativo entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> .....	1437
5.1.3. Fixação da pena definitiva .....	1398	7.4. Disposições comuns à <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> .....	1438
5.1.4. Fixação do regime penitenciário .....	1399	7.4.1. Possibilidade de oferecimento da proposta de transação penal.....	1438
5.1.4.1. Detração na sentença condenatória para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade (Lei nº 12.736/12).....	1401	7.4.2. Possibilidade de oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.....	1439
5.1.5. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos .....	1403	7.4.3. Mudança de competência.....	1440
5.1.6. Fixação da pena de multa.....	1405	7.4.4. Mudança da espécie de ação penal .....	1441
5.2. Decretação (ou manutenção) da prisão preventiva ou das medidas cautelares diversas da prisão na sentença condenatória .....	1406	7.5. <i>Emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> no processo penal militar.....	1442
5.3. Efeitos decorrentes da sentença penal condenatória.....	1407		
5.3.1. Efeitos penais .....	1407		
5.3.2. Efeitos extrapenais.....	1408		
5.3.2.1. Efeitos extrapenais obrigatórios .....	1408		
5.3.2.2. Efeitos extrapenais específicos.....	1410		

<b>TÍTULO 13 • NULIDADES.....</b>	<b>1443</b>
1. Noções gerais: tipicidade processual e nulidade .....	1443
2. Espécies de irregularidades.....	1444
3. Espécies de atos processuais .....	1445
4. Nulidade .....	1446
4.1. Espécies de nulidades.....	1447
4.1.1. Nulidade absoluta.....	1447
4.1.1.1. Hipóteses de nulidades absolutas.....	1449
4.1.1.2. Nulidade relativa.....	1449
4.1.1.2.1. Hipóteses de nulidades relativas .....	1450
4.1.1.2.2. Momento para a arguição das nulidades relativas .....	1450
4.1.1.3. Anulabilidades .....	1453
4.2. Reconhecimento das nulidades .....	1454
4.2.1. Na primeira instância .....	1454
4.2.2. Na segunda instância .....	1454
5. Princípios referentes às nulidades.....	1455
5.1. Princípio da tipicidade das formas.....	1455
5.2. Princípio do prejuízo.....	1455
5.3. Princípio da instrumentalidade das formas....	1456
5.4. Princípio da eficácia dos atos processuais...	1457
5.5. Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia.....	1458
5.6. Princípio da causalidade (efeito expansivo)....	1458
5.7. Princípio da conservação dos atos processuais (confinamento da nulidade) .....	1460
5.8. Princípio do interesse.....	1460
5.9. Princípio da lealdade (ou da boa-fé).....	1461
5.10. Princípio da convalidação .....	1461
6. Nulidades em espécie .....	1463
6.1. Incompetência.....	1463
6.2. Suspeição.....	1463
6.3. Suborno do juiz.....	1463
6.4. Ilegitimidade de parte .....	1464
6.5. Falta da denúncia, da queixa, da representação e da requisição do Ministro da Justiça.....	1464
6.6. Ausência do exame de corpo de delito .....	1464
6.7. Falta de nomeação de defensor ao acusado presente, que não o tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos.....	1465
6.8. Não intervenção do Ministério Público .....	1466
6.9. Ausência de citação (circundução), do interrogatório do acusado e de concessão dos prazos à acusação e à defesa .....	1467
6.10. Nulidades cominadas no procedimento bifásico do Tribunal do Júri.....	1468
6.11. Falta da sentença.....	1469
6.12. Falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.....	1470
6.13. Falta de intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência das sentenças e despachos de que caiba recurso .....	1471
6.14. Falta do <i>quorum</i> legal para o julgamento nos Tribunais Superiores e nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais .....	1471
6.15. Omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	1471
6.16. Nulidade decorrente da carência de fundamentação .....	1472
7. Nulidades no inquérito policial .....	1472
<b>TÍTULO 14 • RECURSOS .....</b>	<b>1475</b>
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS..... 1475	
1. Conceito e características.....	1475
2. Natureza jurídica dos recursos.....	1475
2.1. Interposição de recursos com intuito manifestamente protelatório e litigância de má-fé .....	1476
3. Princípios .....	1476
3.1. Duplo grau de jurisdição .....	1476
3.1.1. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1478
3.1.2. Acusados com foro por prerrogativa de função.....	1481
3.2. Princípio da taxatividade dos recursos.....	1484
3.3. Princípio da unirrecorribilidade das decisões.....	1484
3.4. Princípio da fungibilidade.....	1485
3.5. Princípio da convação.....	1486
3.6. Princípio da voluntariedade dos recursos...	1487
3.6.1. Reexame necessário (recurso de ofício ou remessa necessária).....	1487
3.7. Princípio da disponibilidade dos recursos..	1489
3.8. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> (efeito prodômico da sentença) .....	1489
3.8.1. Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> direta e indireta .....	1492
3.8.2. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e incompetência absoluta.....	1493
3.8.3. <i>Non reformatio in pejus</i> indireta e soberania dos veredictos.....	1494
3.9. Princípio da <i>reformatio in mellius</i> .....	1495
3.10. Princípio da dialeticidade.....	1496
3.10.1. Ausência de razões recursais da defesa e do Ministério Público.....	1498

3.11. Princípio da complementariedade .....	1498	7.4. Efeito regressivo, iterativo ou diferido .....	1521
3.12. Princípio da variabilidade .....	1499	7.5. Efeito extensivo .....	1521
3.13. Princípio da colegialidade .....	1499	7.6. Efeito substitutivo .....	1522
4. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de prelibação).....	1500	7.7. Efeito translativo .....	1522
5. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	1502	7.8. Efeito dilatatório-procedimental.....	1523
5.1. Cabimento.....	1502	8. Direito intertemporal e recursos.....	1523
5.2. Adequação .....	1502	9. Classificação dos recursos.....	1525
5.3. Tempestividade .....	1503	9.1. Quanto à obrigatoriedade.....	1525
5.3.1. Prazos recursais diversos.....	1504	9.2. Quanto à fundamentação .....	1525
5.3.2. Interposição de recursos via fax.....	1505	9.3. Quanto à extensão da matéria impugnada .....	1526
5.4. Inexistência de fato impeditivo.....	1505	9.4. Quanto aos pressupostos de admissibilidade.....	1526
5.4.1. Renúncia ao direito de recorrer.....	1505	9.5. Quanto ao objeto imediato do recurso.....	1526
5.4.2. Preclusão.....	1506		
5.4.3. Recolhimento à prisão para recorrer.....	1506	CAPÍTULO II – RECURSOS CRIMINAIS EM ESPÉCIE.....	1527
5.5. Inexistência de fato extintivo (extinção anômala do recurso).....	1507	1. Recurso em sentido estrito .....	1527
5.5.1. Desistência.....	1507	1.1. Interpretação extensiva .....	1527
5.5.2. Deserção .....	1508	1.2. Utilização residual do recurso em sentido estrito .....	1528
5.5.2.1. Deserção por falta de preparo .....	1508	1.3. Hipóteses de cabimento .....	1528
5.5.2.2. Deserção por fuga do acusado .....	1509	1.3.1. Não recebimento da peça acusatória.....	1529
5.6. Regularidade formal.....	1509	1.3.2. Incompetência do juízo .....	1529
6. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	1510	1.3.3. Procedência das exceções, salvo a de suspeição .....	1530
6.1. Legitimidade recursal.....	1510	1.3.4. Pronúncia do acusado.....	1530
6.1.1. Legitimação restrita e subsidiária do assistente da acusação .....	1512	1.3.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante .....	1531
6.2. Interesse recursal.....	1514	1.3.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor .....	1532
6.2.1. Classificação da sucumbência .....	1515	1.3.7. Decisão que decretar (ou não) a extinção da punibilidade .....	1533
6.2.2. Sentença absolutória e interesse recursal da defesa .....	1515	1.3.8. Decisão que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> .....	1534
6.2.3. Extinção da punibilidade e interesse recursal no julgamento do mérito .....	1516	1.3.9. Decisão que conceder, negar ou revogar a suspensão condicional da pena ou a suspensão condicional do processo.....	1534
6.2.4. Divergência entre o interesse recursal do acusado e o de seu defensor.....	1516	1.3.10. Decisão que conceder, negar ou revogar livramento condicional.....	1535
6.2.5. Sentença condenatória e/ou absolutória e interesse recursal do Ministério Público.....	1516	1.3.11. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte, ou que reconhecer a ilicitude da prova e determinar seu desentranhamento.....	1535
7. Efeitos dos recursos .....	1517	1.3.12. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir .....	1536
7.1. Efeito obstativo.....	1517		
7.2. Efeito devolutivo .....	1517		
7.3. Efeito suspensivo.....	1520		
7.3.1. Cabimento de mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.....	1520		

1.3.13. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta .....	1536	2.4. Aspectos procedimentais da apelação .....	1556
1.3.14. Decisão que ordenar a suspensão do processo, seja em virtude de questão prejudicial, seja quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir defensor .....	1537	2.4.1. Forma .....	1556
1.3.15. Decisão que decidir sobre a unificação de penas .....	1537	2.4.2. Prazo .....	1556
1.3.16. Decisão que decidir o incidente de falsidade .....	1537	2.4.3. Processamento .....	1556
1.3.17. Incidentes da execução da pena .....	1538	2.4.4. Competência para o julgamento .....	1557
1.3.18. Decisão que converter a multa em detenção ou prisão simples .....	1538	2.5. Efeitos .....	1557
1.3.19. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (CPP, art. 28-A) .....	1538	3. Protesto por novo júri .....	1559
1.4. Aspectos procedimentais do recurso em sentido estrito .....	1539	3.1. Revogação pela Lei nº 11.689/08 .....	1559
1.4.1. Forma .....	1539	3.2. Pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal do revogado protesto por novo júri .....	1559
1.4.2. Prazo .....	1539	4. Embargos infringentes e de nulidade .....	1562
1.4.3. Processamento .....	1540	4.1. Hipóteses de cabimento .....	1562
1.4.4. Competência para o julgamento .....	1540	4.2. Prazo e interposição .....	1563
1.5. Efeitos .....	1541	4.3. Competência para seu julgamento .....	1563
2. Apelação .....	1542	4.4. Efeitos .....	1564
2.1. Noções gerais .....	1542	4.5. Possibilidade de interposição simultânea dos embargos infringentes e de nulidade e dos recursos extraordinários .....	1565
2.2. Espécies .....	1542	5. Embargos de Declaração .....	1566
2.2.1. Apelação plena (ou ampla) e apelação parcial (restrita) .....	1542	5.1. Hipóteses de cabimento .....	1566
2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária (ou supletiva) .....	1543	5.2. Prazo .....	1566
2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária .....	1543	5.3. Procedimento .....	1566
2.2.4. Apelação adesiva (ou incidental) .....	1544	5.4. Efeitos quanto aos demais prazos recursais .....	1567
2.3. Hipóteses de cabimento .....	1544	6. Agravo em execução .....	1567
2.3.1. Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular .....	1545	6.1. Hipóteses de cabimento .....	1567
2.3.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito .....	1545	6.2. Procedimento .....	1568
2.3.3. Decisões do Tribunal do Júri .....	1546	6.3. Prazo .....	1568
2.3.3.1. (In) subsistência do cabimento de apelação interposta pela acusação com base no art. 593, III, alínea “d”, do CPP, diante de eventual absolvição do acusado com base no quesito absolutório genérico .....	1553	6.4. Efeitos .....	1568
		7. Carta testemunhável .....	1569
		7.1. Hipóteses de cabimento .....	1569
		7.2. Prazo .....	1569
		7.3. Procedimento .....	1570
		7.4. Efeitos .....	1570
		8. Correição parcial .....	1570
		8.1. Hipóteses de cabimento .....	1571
		8.2. Natureza jurídica .....	1572
		8.3. Legitimidade .....	1572
		8.4. Prazo .....	1572
		<b>TÍTULO 15 • AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>	<b>1573</b>
		<b>CAPÍTULO I – HABEAS CORPUS .....</b>	<b>1573</b>
		1. Noções Gerais .....	1573
		2. Natureza jurídica .....	1573

3. Interesse de agir na ação de <i>habeas corpus</i> .....	1574	8.4. Cessação do motivo que autorizou a coação .....	1594
3.1. Necessidade da tutela: violência ou coação decorrente de ilegalidade ou abuso de poder ....	1574	8.5. Não admissão de prestação de fiança .....	1595
3.2. Adequação: tutela da liberdade de locomoção e a antiga doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i> .....	1576	8.6. Processo manifestamente nulo .....	1597
3.2.1. Hipóteses que autorizam o conhecimento do <i>habeas corpus</i> .....	1576	8.7. Extinção da punibilidade.....	1598
3.2.2. Hipóteses em que não se autoriza o conhecimento do <i>habeas corpus</i> por falta de adequação .....	1577	9. Competência .....	1599
3.2.2.1. <i>Habeas Corpus</i> substitutivo de Recurso Ordinário.....	1580	9.1. Competência do Supremo Tribunal Federal.....	1600
4. Possibilidade jurídica do pedido.....	1582	9.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça.....	1601
4.1. Cabimento do <i>habeas corpus</i> em relação a punições disciplinares militares .....	1582	9.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	1602
4.2. Estado de Sítio.....	1582	9.4. Competência dos Tribunais de Justiça.....	1602
4.3. Prisão administrativa .....	1583	9.5. Competência da Justiça Militar .....	1602
5. Legitimação ativa .....	1583	9.6. Competência das Turmas Recursais .....	1603
5.1. Distinção entre impetrante e paciente.....	1583	9.7. Competência da Justiça do Trabalho .....	1604
5.1.1. <i>Habeas corpus</i> coletivo.....	1584	9.8. Competência do juiz de 1ª instância.....	1604
5.2. Legitimação ampla e irrestrita .....	1585	9.9. Ministério Público como autoridade coatora e competência para o julgamento do <i>habeas corpus</i> .....	1605
5.3. Pessoa jurídica.....	1586	10. Procedimento .....	1606
5.4. Ministério Público .....	1586	10.1. Capacidade postulatória .....	1606
5.5. Outras autoridades .....	1587	10.2. Petição inicial .....	1606
6. Legitimação passiva .....	1588	10.3. Dilação probatória .....	1607
6.1. Autoridade coatora (ou coator) e detentor ....	1588	10.4. Medida liminar .....	1607
6.2. Ministério Público como autoridade coatora .....	1588	10.4.1. Indeferimento de liminar por Relator em Tribunal e impetração de novo <i>habeas corpus</i> .....	1608
6.3. Particular como coator.....	1588	10.5. Apresentação do preso e requisição de informações.....	1609
6.4. Outras autoridades .....	1589	10.6. Efeito extensivo da ordem de <i>habeas corpus</i> .....	1609
7. Espécies de <i>habeas corpus</i> : liberatório, preventivo, profilático e trancativo .....	1589	10.7. Intervenção das partes .....	1609
8. Hipóteses de impetração do <i>habeas corpus</i> .....	1590	10.8. Recursos contra as decisões em <i>habeas corpus</i> .....	1610
8.1. Ausência de justa causa.....	1590	10.9. Coisa julgada .....	1612
8.1.1. Falta de justa causa para a prisão .....	1591	CAPÍTULO II – REVISÃO CRIMINAL .....	1612
8.1.2. Falta de justa causa e trancamento de investigações preliminares.....	1591	1. Noções gerais .....	1612
8.1.3. Falta de justa causa e trancamento do processo penal .....	1592	2. Conceito .....	1613
8.2. Decurso do tempo de prisão previsto na lei .....	1593	3. Natureza jurídica.....	1613
8.2.1. Excesso de prazo da prisão penal.....	1593	4. Distinção entre revisão criminal e ação rescisória .....	1614
8.2.2. Excesso de prazo da prisão temporária.....	1594	5. Pedidos: juízo rescindente e juízo rescisório.....	1614
8.2.3. Excesso de prazo da prisão preventiva.....	1594	6. Condições da ação .....	1615
		6.1. Legitimidade ativa e passiva.....	1615
		6.2. Interesse de agir: coisa julgada.....	1616

6.2.1. Desnecessidade de esgotamento das instâncias ordinárias (prequestionamento) .....	1616	8.3 Inexistência de prazo decadencial .....	1625
6.3. Possibilidade jurídica do pedido: sentença condenatória ou absolutória imprópria, inclusive após o cumprimento da pena e/ou morte do acusado .....	1617	8.4. Competência.....	1626
6.3.1. Vedação da revisão criminal pro societate no ordenamento pátrio e princípio do <i>ne bis in idem</i> processual.....	1617	8.5. Procedimento .....	1627
6.3.2. Impossibilidade de utilização da revisão criminal para fins de modificação dos fundamentos de sentença absolutória própria .....	1618	8.6. Efeito suspensivo.....	1628
6.3.3. Extinção da punibilidade.....	1618	8.7. Ônus da prova .....	1628
6.3.4. Revisão criminal no âmbito do Júri e soberania dos veredictos.....	1618	8.8. <i>Non reformatio in pejus</i> direta e indireta.....	1629
6.3.5. Juizados Especiais Criminais .....	1619	8.9. Recursos .....	1630
6.3.6. Transação penal .....	1619	8.10. Indenização pelo erro judiciário.....	1630
6.3.7. <i>Impeachment</i> .....	1620	8.11. Coisa julgada .....	1631
7. Hipóteses de cabimento da revisão criminal .....	1620	CAPÍTULO III – MANDADO DE SEGURANÇA .....	1631
7.1. Contrariedade ao texto expresso da lei penal.....	1620	1. Noções gerais .....	1631
7.2. Contrariedade à evidência dos autos .....	1622	2. Conceito e natureza jurídica.....	1632
7.3. Decisão fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos .....	1622	3. Objeto da tutela .....	1632
7.4. Descoberta de novas provas em favor do condenado.....	1622	4. Prazo decadencial.....	1633
7.5. Nulidade do processo.....	1624	5. Legitimação ativa e passiva.....	1633
8. Aspectos procedimentais da revisão criminal .....	1625	6. Cabimento.....	1634
8.1. Capacidade postulatória .....	1625	6.1. Hipóteses comuns de impetração do mandado de segurança no âmbito criminal.....	1635
8.2. Desnecessidade de recolhimento à prisão...1625		7. Aspectos procedimentais .....	1636
		7.1. Petição inicial .....	1636
		7.2. Procedimento e julgamento do mandado de segurança .....	1636
		7.3. Competência.....	1637
		7.4. Medida liminar.....	1638
		7.5. Recursos .....	1639
		<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1641</b>